

Deepak Nayyar

A corrida pelo crescimento

Países em desenvolvimento
na economia mundial

TRADUÇÃO
Vera Ribeiro

CONTRAPONTO


Centro Internacional
CELSO FURTADO
de Políticas para o Desenvolvimento
The International CELSO FURTADO Center for Development Policies

Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento

Av. República do Chile 330, 2º andar, Torre Oeste, Edifício Ventura

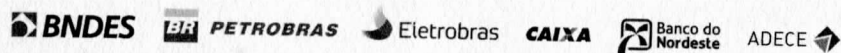
Centro, Rio de Janeiro, RJ

CEP 20031-170

Tel: (21) 2172-6312 / 2172-6313

Email: centro@centrocelsofurtado.org.br

Patrocinadores



Contraponto Editora Ltda.

Av. Franklin Roosevelt 23 / 1405

Centro, Rio de Janeiro, RJ

CEP 20021-120

Tel: (21) 2544-0206 / 2215-6148

Email: contato@contrapontoeditora.com.br

© Deepak Nayyar, 2013

Título original: Catch Up: Developing Countries in the World Economy.

Tradução publicada mediante acordo com Oxford University Press.

Direitos adquiridos para o Brasil por Contraponto Editora Ltda.

Vedada, nos termos da lei, a reprodução total ou parcial deste livro,
por quaisquer meios, sem autorização da Editora.

Preparação de originais: César Benjamin

Revisão tipográfica: Tereza da Rocha

Projeto gráfico: Regina Ferraz

Texto revisado segundo o novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

CIP-BRASIL CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

N244c Nayyar, Deepak, 1946-

A corrida pelo crescimento: países em desenvolvimento na
economia mundial / Deepak Nayyar ; tradução Vera Ribeiro. –
1. ed. – Rio de Janeiro : Contraponto, 2014.

320 p. ; 23 cm

Tradução de: Catch up: developing countries in the world
economy

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7866-101-4

1. Capitalismo – Brasil – História. 2. Capital (Economia).
I. Título.

Para Rohini

Sumário

Prefácio	9
Lista de figuras	13
Lista de tabelas	15

Prólogo

1. Uma história não contada	21
-----------------------------	----

Parte I. Ficando para trás

2. A Grande Divergência e a Grande Especialização	31
3. Perguntas e respostas subjacentes	63

Parte II. Buscando o emparelhamento

4. Fim da divergência: primórdios da convergência?	87
5. Entrosamento na economia mundial	123
6. O emparelhamento na industrialização	159
7. Parceiros desiguais e desenvolvimento irregular	199
8. Divergências emergentes: desigualdade, exclusão e pobreza	233

Epílogo

9. O futuro no passado	265
------------------------	-----

Apêndice: Fontes estatísticas e notas	285
Notas	293
Referências bibliográficas	305
Índice remissivo	315

Parte 1

Ficando para trás

A Grande Divergência e a Grande Especialização

A divisão do mundo em países industrializados e países em desenvolvimento é mais recente do que supõe a crença geral. Não remonta a um passado distante. Este capítulo pretende examinar o surgimento de países em desenvolvimento na economia mundial. Para fazê-lo, considera as mudanças na importância econômica da Ásia, da África e da América Latina (hoje descritas como o mundo em desenvolvimento), comparada à da Europa Ocidental, da Europa Oriental, da América do Norte, do Japão e da Oceania (hoje descritos como o mundo industrializado), na economia mundial, situando-as numa perspectiva histórica de longo prazo. O foco deste capítulo incide na narrativa, a fim de resumir uma história não contada. A análise dos fatores subjacentes virá no próximo capítulo. É a seguinte a estrutura da discussão: a seção 1 examina a participação desses dois grupos de países na população e na renda mundiais. A seção 2 compara os níveis da renda *per capita* entre os grupos de países e suas regiões constitutivas na economia mundial, a fim de rastrear o surgimento de diferenças ao longo do tempo. A seção 3 expõe as mudanças na participação desses dois grupos de países na produção industrial ou manufatureira na economia mundial. A seção 4 investiga o entrosamento da Ásia, da África e da América Latina na economia mundial, através do comércio internacional, do investimento internacional e da migração internacional, com o foco voltado para o período decorrido desde o fim do século XIX.

1. Participação na população e na renda mundiais

Ao longo do tempo, as mudanças na importância dos países ou regiões na economia mundial refletem-se nas alterações de sua participação na população e na renda globais. Todavia, quando o período examinado abarca séculos, isto é mais fácil de falar que de fazer. A razão é simples. Os recenseamentos da população e a contabilidade da renda nacional começaram, na maioria das nações, durante o século XX. De fato, os dados sistemáticos de séries temporais tornaram-se disponíveis na maioria dos países a partir de 1950, ou até depois, embora tais informações, no tocante aos países ricos, tenham ficado disponíveis desde 1900, ou até antes. Mas há estudos de Angus Maddison (1995, 2001, 2003 e 2007) que oferecem estimativas de mudanças a longo prazo na população mundial e na renda global em anos de referência seletos. Para uma comparação transnacional dos níveis do PIB e para estimativas agregadas de totais regionais e globais, é necessário converter as moedas nacionais numa unidade comum, ou conversor monetário (numerário), que reflete as diferenças de poder de compra dos vários países ao longo do tempo. As comparações internacionais de renda baseadas na paridade de poder aquisitivo (PPA), frequentemente binárias e relacionadas a períodos temporais mais curtos, são associadas a problemas metodológicos. Essas limitações são discutidas no capítulo 4, que considera o período de 1950 a 2010 e apresenta as tendências da renda não só em termos da PPA, mas também das taxas de câmbio de mercado. Estas últimas, contudo, simplesmente não são uma opção viável para a análise histórica deste capítulo, pois na maioria dos países não existia contabilidade da renda nacional antes do século XX. As estimativas de Maddison sobre o PIB aparecem em dólares internacionais (Geary-Khamis) de 1990,* em termos da PPA, usados

* O dólar internacional, ou dólar Geary-Khamis, é uma unidade de conta (uma moeda fictícia) que, em um determinado país e em um determinado momento, tem o mesmo poder aquisitivo que o dólar americano nos Estados Unidos. Frequentemente, o ano de 1990 serve como base para comparações ao longo de vários anos. Criado por

para avaliar a produção. Esses cálculos baseiam-se num método específico de definição dos preços internacionais, a fim de facilitar as comparações entre países ao longo do tempo.¹ É preciso dizer que as estimativas da população e da renda elaboradas por Maddison são objeto de críticas na literatura acadêmica sobre a história econômica (Clark, 2009). Ainda assim, essa é praticamente a única fonte abrangente de dados estatísticos históricos, razão por que é largamente usada. Na análise, é importante reconhecer suas limitações e, sempre que possível, usar outras fontes para obter confirmações.

Em perspectiva histórica de longo prazo, a contar da entrada no segundo milênio, vale a pena estabelecer uma distinção entre três períodos. De 1000 a 1500, a importância conjunta da Ásia, da África e da América do Sul (que ainda não era América Latina) na economia mundial era esmagadora. De 1500 a 1820, tornaram-se discerníveis alguns primórdios de mudança. De 1820 a 1950, a importância desses três continentes sofreu um declínio. Vale também notar que, no período anterior ao século XIX, as divisões do mundo eram primordialmente definidas pela geografia, ao passo que, no período decorrido a partir do século XIX, elas passaram a ser definidas principalmente pela economia.

A tabela 2.1, baseada nas estimativas de Maddison, apresenta dados sobre a distribuição da população e da renda na economia mundial em anos seletos, de 1000 a 1820. O primeiro grupo compõe-se de Ásia, África e América do Sul, enquanto o segundo é formado por Europa Ocidental, Ramificações do Ocidente (Estados Unidos, Canadá, Austrália e Nova Zelândia), Leste Europeu, antiga URSS e Japão. Em 1000, 1500, 1600 e 1700, os dados estatísticos sobre população e renda nessas regiões baseiam-se nas estimativas dos vinte maiores países, com estimativas residuais sobre os outros países de cada região. No caso de 1820, as cifras

Roy C. Geary em 1958 e aperfeiçoado por Salem Hanna Khamis entre 1970 e 1972, ele é comumente usado por organizações internacionais como a ONU, o FMI e o Banco Mundial. [N.T.]

Tabela 2.1. Distribuição da população e da renda na economia mundial: 1000-1820
(em percentagens)

	População mundial				
	1000	1500	1600	1700	1820
Grupo I					
Ásia, inclusive	65,5	61,2	64,7	62,1	65,2
China	22,1	23,5	28,8	22,9	36,6
Índia	28,1	25,1	24,3	27,3	20,1
África	12,1	10,6	9,9	10,1	7,1
América do Sul	4,3	4,0	1,5	2,0	2,1
Total do Grupo I	81,8	75,8	76,2	74,2	74,4
Grupo II					
Europa Ocidental	9,6	13,1	13,3	13,5	12,8
Ramificações do Ocidente	0,7	0,6	0,4	0,3	1,1
Leste Europeu	2,4	3,1	3,0	3,1	3,5
Antiga URSS	2,7	3,9	3,7	4,4	5,3
Japão	2,8	3,5	3,3	4,5	3,0
Total do Grupo II	18,2	24,2	23,8	25,8	25,6
Total	100	100	100	100	100
	PIB mundial				
	1000	1500	1600	1700	1820
Grupo I					
Ásia, inclusive	68,2	61,9	62,6	57,7	56,5
China	22,7	24,9	29,0	22,3	33,0
Índia	27,8	24,4	22,4	24,5	16,1
África	11,3	7,8	7,0	6,9	4,5
América do Sul	3,8	2,9	1,1	1,7	2,2
Total do Grupo I	83,3	72,6	70,8	66,4	63,1
Grupo II					
Europa Ocidental	9,0	17,8	19,8	21,8	22,9
Ramificações do Ocidente	0,6	0,5	0,3	0,2	1,9
Leste Europeu	2,1	2,7	2,8	3,1	3,6
Antiga URSS	2,3	3,4	3,4	4,4	5,4
Japão	2,6	3,1	2,9	4,1	3,0
Total do Grupo II	16,7	27,4	29,2	33,6	36,9
Total	100	100	100	100	100

Fonte: Cálculos do autor a partir do banco de dados de Maddison *on-line*; ver Apêndice.

baseiam-se em estimativas de um número maior de países. É óbvio que tais estimativas, montadas a partir de uma vasta gama de fontes, são números indicativos, e não dados estatísticos exatos. Ainda assim, as cifras destacam a importância relativa das diferentes regiões e delinham os contornos gerais da mudança na economia mundial.

Importância irrefutável: 1000-1500

As proporções impressionam. No ano 1000, a Ásia, a África e a América do Sul, tomadas em conjunto, respondiam por 82% da população mundial e 83% da renda global. Na verdade, essa importância esmagadora das três continuou por mais algum tempo no segundo milênio. Mesmo após quinhentos anos, em 1500, elas respondiam por aproximadamente 75% da população e da renda mundiais. Essa participação dominante na população e na renda globais era atribuível, em grande parte, à Ásia, e nesta, por sua vez, apenas a dois países: a Índia e a China. Durante o período de 1000 a 1500, a Índia e a China responderam, juntas, por cerca de 50% da população mundial e 50% da renda mundial. Fica igualmente claro que a Europa Ocidental, as Ramificações do Ocidente, o Leste Europeu, a antiga URSS e o Japão, mesmo considerados em conjunto, eram muito menos importantes na economia mundial. Sua parcela da população do globo elevou-se de menos de 1/5 no ano 1000 para aproximadamente 1/4 no ano 1500. No mesmo período, sua participação na renda mundial elevou-se de 1/6 no ano 1000 para mais de 1/4 no ano 1500, o que representou um aumento de 10 pontos percentuais. Desse aumento, quase 9 pontos percentuais foram atribuíveis à Europa Ocidental. O aumento se deu à custa da África (quase 4 pontos percentuais) e da Ásia (6 pontos percentuais), mas não houve alteração na participação da China e da Índia, consideradas em conjunto. Parece que a primeira metade do segundo milênio assistiu a sinais de mudança na importância econômica da Europa Ocidental.

Primórdios da mudança: 1500-1820

Essa mudança tornou-se mais clara nos três séculos seguintes. Entre 1500 e 1820, a participação da Ásia, da África e da América Latina na população mundial permaneceu em 3/4, inalterada, mas sua participação na renda mundial declinou de 73% para 63%. No mesmo período, a participação de Europa Ocidental, Ramificações do Ocidente, Leste Europeu, antiga URSS e Japão, considerados em conjunto, subiu de 27,4% para 36,9% da renda mundial, embora sua participação na população global tenha permanecido na faixa de 1/4. O aumento da participação na renda foi atribuível a Europa Ocidental (5 pontos percentuais), Leste Europeu e antiga URSS (3 pontos percentuais) e Ramificações do Ocidente (1,5 ponto percentual). Ele se deu, sobretudo, à custa da África (3,3%) e da Ásia (5,4%), mas não houve mudança na participação da China e da Índia, juntas. Nesse contexto, convém reconhecer que, até o fim do século XVIII, as distinções entre países ou regiões eram mais geográficas ou políticas do que econômicas. A clara divisão do mundo em economias industrializadas e economias em desenvolvimento, ou entre países ricos e pobres, veio depois.

Declínio e queda: 1820-1950

É difícil encontrar um momento decisivo, na linha do tempo, para essa divisão da economia mundial. O processo teve início por volta de 1820, seu resultado foi discernível em 1870 e ele prosseguiu até 1950. A tabela 2.2 apresenta dados sobre a participação de dois conjuntos de países e regiões na população mundial e no PIB global, em anos de referência selecionados entre 1820 e 1950. O primeiro conjunto, descrito como o “Ocidente”, compõe-se de Europa Ocidental, Ramificações do Ocidente, Leste Europeu, antiga URSS e Japão. O segundo, descrito como o “Resto”, é composto por Ásia, África e América Latina. Os dados de Maddison sobre o PIB, dos quais derivou essa tabela, figuram, mais uma vez, em dólares internacionais (Geary-Khamis) de 1990, em PPA, o que facilita as comparações entre os países no correr do tempo. Convém

Tabela 2.2. Participação do Ocidente e do Resto na população mundial e no PIB mundial: 1820-1950
(em percentagens)

	População mundial					
	1820	1870	1900	1913	1940	1950
Ocidente	25,6	32,2	35,8	36,8	35,2	33,0
Europa Ocidental	12,8	14,7	14,9	14,6	12,8	12,1
Ramificações do Ocidente	1,1	3,6	5,5	6,2	6,7	7,0
Leste Europeu	3,5	4,2	4,5	4,4	4,1	3,5
Antiga URSS	5,3	7,0	8,0	8,7	8,5	7,1
Japão	3,0	2,7	2,8	2,9	3,2	3,3
Resto	74,4	67,8	64,2	63,2	64,8	67,0
Ásia, inclusive	65,2	57,6	53,0	51,7	50,7	51,5
China	36,6	28,1	25,6	24,4	22,6	21,6
Índia	20,1	19,8	18,2	16,9	16,8	14,2
África	7,1	7,1	7,0	7,0	8,4	9,0
América Latina	2,1	3,2	4,1	4,5	5,7	6,5

	PIB mundial					
	1820	1870	1900	1913	1940	1950
Ocidente	36,9	57,4	67,4	70,4	71,0	72,9
Europa Ocidental	22,9	33,0	34,2	33,0	29,7	26,2
Ramificações do Ocidente	1,9	10,0	17,6	21,3	23,2	30,7
Leste Europeu	3,6	4,5	5,2	4,9	4,1	3,5
Antiga URSS	5,4	7,5	7,8	8,5	9,3	9,6
Japão	3,0	2,3	2,6	2,6	4,7	3,0
Resto	63,1	42,6	32,6	29,6	29,0	27,1
Ásia, inclusive	56,5	36,1	25,6	22,3	19,9	15,6
China	33,0	17,1	11,1	8,8	6,4	4,6
Índia	16,1	12,2	8,6	7,5	5,9	4,2
África	4,5	4,1	3,4	2,9	3,5	3,8
América Latina	2,2	2,5	3,6	4,4	5,6	7,8

Fonte: Cálculos do autor a partir do banco de dados de Maddison *on-line*; ver Apêndice.

dizer que as estimativas iniciadas em 1820 são muito mais robustas, em termos de sua fundamentação estatística, do que as estimativas correspondentes sobre os anos anteriores. Apesar disso, as tabelas 2.1 e 2.2 são mais ou menos comparáveis. O Grupo I da tabela 2.1 corresponde ao “Resto” da tabela 2.2, enquanto o Grupo II da tabela 2.1 corresponde ao “Ocidente” da tabela 2.2.

A situação mudou de maneira drástica durante o século XIX e a primeira metade do século XX. Entre 1820 e 1950, a participação do “Ocidente” na população mundial subiu de 1/4 para 1/3, enquanto sua participação na renda global quase dobrou, passando de 37% para 73%. Nesse mesmo período, de 1820 a 1950, a participação do “Resto” na população mundial caiu de 3/4 para 2/3, mas sua participação na renda global teve um declínio muito mais acentuado, de 63% para 27%. Essa transformação da economia mundial ocorreu em apenas 130 anos, o que é um intervalo curto na história. Contudo, uma nova ordem econômica internacional tornou-se claramente discernível no fim dos primeiros cinquenta anos. Em 1870, a participação do “Ocidente” na população mundial já havia subido para 1/3, enquanto a do “Resto” já fora reduzida a 2/3. E em 1870, a parcela da renda mundial do “Ocidente” havia subido para 57%, enquanto a do “Resto” caíra para 43%. Para a economia mundial, a importância de 1870 é clara. A divisão internacional do trabalho tinha-se modificado. Era visível o começo da divisão entre o que hoje descrevemos como países industrializados e países em desenvolvimento na economia mundial.

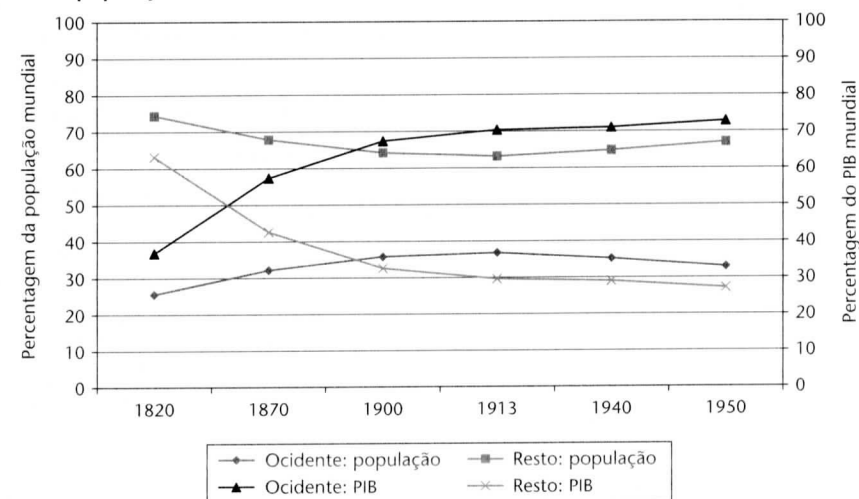
Essas mudanças dramáticas de participação na renda mundial são coerentes, de modo geral, com dados provenientes de outras fontes. Bairoch (1981 e 1983) estimou o PIB em anos seletos de referência, entre 1750 e 1950, em dois grupos de países da economia mundial: Ásia, África e América Latina, de um lado, e Europa, América do Norte e Japão, de outro. Essas estimativas foram feitas em dólares e preços norte-americanos de 1960, em termos da PPA, com ajustes das diferenças de poder aquisitivo das diversas moedas. A participação de Ásia, África e América Latina no PIB mundial foi de 69,1% em 1830 e 57,4% em 1860 (um pouco mais alta que nas estimativas de Maddison, de 63,1% em 1820 e 42,6% em 1870). Essa participação sofreu uma queda acentuada para 38,3% em 1900 e 33,5% em 1913 (mais próximos das estimativas de Maddison, de 32,6% em 1900 e 29,6% em 1913). Ela corres-

pondeu a 30,2% em 1928 e 27,5% em 1950 (quase iguais às estimativas de Maddison, de 29% em 1940 e 27,1% em 1950).

As estimativas de Bairoch sobre essas parcelas da renda mundial parecem ser mais altas que os números correspondentes de Maddison, sobretudo durante o século XIX. Mas o declínio do “Resto” e a ascensão do “Ocidente” são igualmente claros. Não é de admirar que, entre 1820 e 1950, tenha havido um aumento acentuado das assimetrias entre os dois conjuntos de países, tanto na população quanto na renda mundiais. Essas assimetrias são claramente ilustradas na figura 2.1.

Mas talvez seja enganoso considerar o “Resto” como um agregado. É necessário certo desmembramento do grupo, pois havia diferenças significativas entre as três regiões constitutivas, como se evidencia pelos dados da tabela 2.2. O aumento da assimetria foi particularmente acentuado na Ásia. Entre 1820 e 1950, sua participação na população mundial diminuiu de 65% para 52%, enquanto sua participação na renda mundial caía de 57% para 16%. Grande parte disso pode ser atribuída ao declínio e à queda da China e da Índia. Consideradas em conjunto entre 1820 e 1950,

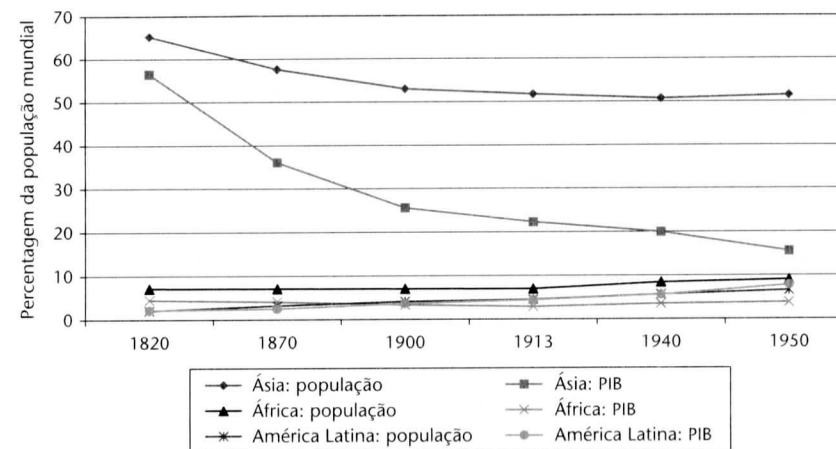
Figura 2.1. Tendências assimétricas das mudanças de participação na população mundial e no PIB mundial: o “Ocidente” e o “Resto”, 1820-1950



sua parcela da população mundial caiu de 57% para 36%, enquanto sua parcela da renda mundial despencou de 49% para 9%. Isso refletiu e moldou a assimetria do “Resto” como grupo. Quanto à África, suas parcelas da população e da renda mundiais mantiveram-se relativamente estáveis, embora esta última tenha sido sistematicamente inferior. Quanto à América Latina, as participações na população e na renda mundiais foram simétricas ao longo de todo o período de 1820 a 1950. Mais ainda: as duas proporções tiveram um aumento significativo no período em exame. E, em 1950, a participação da América Latina na renda mundial foi mais alta que na população mundial. Essas tendências assimétricas da Ásia e simétricas da América Latina, bem como da África, emergem com clareza ainda maior na figura 2.2. Está claro que a América Latina foi a exceção entre as regiões do “Resto”. Houve um ligeiro aumento, em vez de declínio, em sua participação no PIB mundial entre 1820 e 1870. O período subsequente assistiu à ascensão da América Latina, cuja participação no PIB mundial mais do que triplicou, passando de 2,5% em 1870 para 7,8% em 1950. De fato, a América Latina parece ter sido a história de sucesso entre as regiões do “Resto” durante o período de 1870 a 1950. Em nítido contraste, a Ásia foi o desastre. Seu declínio econômico, iniciado em 1820, continuou em ritmo acelerado daí em diante, levando sua participação no PIB mundial a cair para mais da metade, de 36% em 1870 para 16% em 1950. Grande parte desse declínio, é claro, pode ser atribuída à China e à Índia.

Similarmente, pode induzir a erro considerar o “Ocidente” como um agregado. Para começar, era acentuada a assimetria da Europa Ocidental. Entre 1820 e 1870, sua participação na população mundial teve apenas um pequeno aumento, passando de 13% para 15%, enquanto sua participação no PIB global subiu de 23% para 33%. Essas parcelas permaneceram mais ou menos nos mesmos níveis até 1913, porém declinaram a partir daí. Entretanto, a assimetria foi muito mais pronunciada nas Ramificações do Ocidente, particularmente depois de 1870. Sua participação na popu-

Figura 2.2. Assimetrias e simetrias nas parcelas da população mundial e do PIB mundial: Ásia, África e América Latina, 1820-1950



Fonte: Tabela 2.2.

lação mundial foi de aproximadamente 4% em 1870 e 7% em 1950, enquanto a parcela do PIB mundial foi de 10% em 1870 e 31% em 1950. No grupo, isso pode ser atribuído principalmente aos Estados Unidos, que ultrapassaram a Europa Ocidental e o Reino Unido em 1914. Ao que parece, a ascensão do “Ocidente” teve a ver com a Europa Ocidental até 1870 e com os Estados Unidos após 1870. O Leste Europeu, a antiga URSS e o Japão não fizeram propriamente parte dessa história, mas constituem um grupo intermediário, que foi incluído no “Ocidente” por não fazer parte do “Resto”. Mesmo assim, no tocante ao Leste Europeu e à antiga URSS, as parcelas da população mundial e do PIB global foram aproximadamente simétricas durante o período de 1820 a 1950, e ambas registraram um aumento no caso da antiga URSS. Quanto ao Japão, as parcelas foram simétricas e estáveis durante todo o período. Após a Restauração Meiji, de 1868, ele constituiu a exceção na Ásia, o que se refletiu em sua ascensão econômica e política durante a primeira metade do século XX. Claramente, o país não fazia parte do “Resto”.

2. Rendas *per capita*: níveis e divergência

É sumamente difícil comparar os níveis de renda *per capita* entre os países e regiões da economia mundial no início e em meados do segundo milênio, pois as estimativas da população e da renda são aproximações, na melhor das hipóteses. Ainda assim, vale a pena examinar as estimativas de Maddison para o PIB *per capita* em dólares internacionais (Geary-Khamis) de 1990, referentes aos anos 1000, 1500, 1600, 1700 e 1820, que são apresentadas na tabela 2.3. Os grupos de países e as regiões são os mesmos que na tabela 2.1. Esses dados mostram que, mil anos atrás, os níveis de renda *per capita* eram aproximadamente os mesmos em todo o mundo. Eles não diferiam de maneira significativa nem mesmo há quinhentos anos. Assim, não é de admirar que as participações na população mundial e na renda global tenham sido mais ou menos simétricas nas regiões e nos grupos de países. No entanto, essa situação mudou nos séculos seguintes. A proporção da renda *per capita* dos países do Grupo I (Ásia, África e América Latina) em relação à renda *per capita* dos países do Grupo II (Europa Ocidental, Ramificações do Ocidente, Leste Europeu, antiga URSS e Japão) foi de 1,10 no ano 1000, 0,84 em 1500, 0,76 em 1600, 0,69 em 1700 e 0,59 em 1820. É claro que a comparação mais comum é feita entre a Europa Ocidental e a Ásia. As estatísticas de Maddison mostram que a proporção da renda *per capita* da Ásia em comparação com a da Europa Ocidental foi de 1,11 no ano 1000, 0,74 em 1500, 0,65 em 1600, 0,58 em 1700 e 0,47 em 1820.

Esta proposição é objeto de debates na literatura sobre o assunto. Há duas visões rivais. Landes (1969) afirma que a Europa Ocidental já era rica, em comparação com outras partes do mundo, antes mesmo da Revolução Industrial, o que podia ser atribuído a séculos de lenta acumulação, à apropriação de recursos fora da Europa e a um progresso tecnológico substancial. Kuznets (1971) endossou indiretamente essa conclusão, ao sugerir que os níveis do produto *per capita* nas partes menos desenvolvidas do mundo, em 1965, eram muito inferiores aos da Europa Ocidental antes

Tabela 2.3. Níveis do PIB *per capita* na economia mundial: 1000-1820
(em dólares internacionais Geary-Khamis de 1990)

	1000	1500	1600	1700	1820
Grupo I					
Ásia, inclusive	472	572	576	572	577
China	466	600	600	600	600
Índia	450	550	550	550	533
África	425	414	422	421	420
América do Sul	400	416	438	527	691
Média do Grupo I	461	542	553	550	565
Grupo II					
Europa Ocidental	427	771	888	993	1.234
Ramificações do Ocidente	400	400	400	476	1.194
Leste Europeu	400	496	548	606	1.202
Antiga URSS	400	499	552	610	688
Japão	425	500	520	570	669
Média do Grupo II	418	643	732	802	959
Média mundial	453	566	596	615	666

Fonte: Cálculos do autor a partir do banco de dados de Maddison *on-line*; ver Apêndice.

da industrialização. Essa análise é a base da ideia de que, por volta de 1750, a renda *per capita* na Europa Ocidental era aproximadamente o dobro da encontrada na Ásia. Em contraste, Bairoch (1981) mostrou que, em 1750, o padrão de vida médio dos países então industrializados, medido através do PIB *per capita*, era ligeiramente inferior ao dos países descritos por ele como o Terceiro Mundo. Maddison (1983) estudou essas perspectivas contrastantes e concluiu que os dados fortaleciam mais o trabalho de Landes que o de Bairoch, apesar de mostrarem elementos contraditórios. Os números de Maddison na tabela 2.3 são compatíveis com essa conclusão.

É quase impossível resolver esse debate num sentido ou no outro. Dada a defasagem da renda *per capita* entre os países industrializados e os países em desenvolvimento em 1965, a conclusão depende quase inteiramente do fator de ajuste usado no nível da renda *per capita* dos países em desenvolvimento, a taxas de câmbio de mercado, para uma comparação da PPA com a renda *per capita*

dos países industrializados em torno de 1965, e da suposição feita acerca do aumento da renda *per capita* na Ásia, na África e na América Latina no período de 1750 a 1965. Fatores de ajuste diferentes e suposições diferentes sobre as taxas de crescimento podem produzir resultados muito diferentes. Há, porém, pesquisas que vão além das estatísticas, no tocante à renda *per capita*. Elas sugerem que os níveis de desenvolvimento da Europa e da Ásia em meados do século XVIII eram similares, de modo geral, e não vastamente diferentes (Pomeranz, 2000; Parthasarathi, 2011). Todavia, não tardou para que a Revolução Industrial na Grã-Bretanha, que se espalhou pela Europa, levasse a uma transformação drástica.

Durante o período de 1820 a 1950, as mudanças da participação do “Ocidente” e do “Resto” na população e na renda mundiais foram não apenas de amplo alcance, mas também caracterizadas por nítidas assimetrias. Estas foram mais pronunciadas na Ásia, entre as regiões do “Resto”, e na Europa Ocidental e nas Ramificações do Ocidente, entre os integrantes do “Ocidente”. Por isso, a tabela 2.4 compara o PIB *per capita* da Europa Ocidental e das Ramificações do Ocidente, tomadas em conjunto, com o PIB *per capita* de outros países ou regiões do mundo. Ela revela uma enor-

Tabela 2.4. Divergência no PIB *per capita* entre a Europa Ocidental / Ramificações do Ocidente e o Resto do mundo: 1820-1950

	Proporções do PIB <i>per capita</i>					
	1820	1870	1900	1913	1940	1950
Europa Ocidental e Ramificações do Ocidente	100	100	100	100	100	100
Leste Europeu	57,2	45,8	45,1	42,5	36,9	33,6
Antiga URSS	57,6	46,1	38,8	37,3	40,2	45,2
Japão	56,0	36,1	37,0	34,8	53,9	30,5
Ásia,* inclusive	48,3	26,6	19,1	16,5	14,4	10,1
China	50,2	25,9	17,1	13,8	10,5**	7,1
Índia	44,6	26,1	18,8	16,9	12,9	9,8
África	35,1	24,5	18,8	16,0	15,2	14,1
América Latina	57,8	33,1	34,9	37,5	36,2	39,9

* A Ásia exclui o Japão, mas inclui a Índia e a China; ** Na China, esta cifra refere-se a 1938.

Fonte: Cálculos do autor a partir do banco de dados de Maddison *on-line*; ver Apêndice.

me divergência, que foi descrita como a “Grande Divergência”. Entre 1820 e 1950, como percentagem do PIB *per capita* da Europa Ocidental e das Ramificações do Ocidente, o PIB *per capita* da América Latina caiu de 3/5 para 2/5, o da África, de 1/3 para 1/7, e o da Ásia, de 1/2 para 1/10. O que aconteceu na Ásia refletiu o colapso de suas duas economias gigantes, pois as mesmas proporções baixaram de 50% para 7% na China e de 45% para 10% na Índia. Claramente, a divergência foi modesta na América Latina, maciça na Ásia e ficou mais ou menos no meio-termo na África. Vale assinalar que essa divergência não se restringiu ao que hoje é descrito como mundo em desenvolvimento. No mesmo período de 1820 a 1950, a proporção correspondente caiu de 58% para 45% na antiga URSS, de 57% para 34% no Leste Europeu e de 56% para 31% no Japão. Ao que parece, num curto espaço de 130 anos, a Europa Ocidental e as Ramificações do Ocidente (principalmente os Estados Unidos) dispararam na dianteira, deixando o resto do mundo para trás. A Grande Divergência da Ásia é amplamente reconhecida, mas houve também uma divergência substancial de outras regiões e uma pequena divergência dentro da Europa, cujo noroeste distanciou-se do sul e do leste (Bairoch e Kozul-Wright, 1996; Williamson, 1996).

Há diferenças significativas entre as estimativas de Maddison e de Bairoch para a renda *per capita* em termos de níveis. Todavia, os dois autores sugerem que havia uma divergência acentuada. Bairoch (1981) estimou o PIB *per capita* em dólares e preços norte-americanos de 1960, com ajuste da PPA, em anos de referência selecionados entre 1750 e 1950, para dois grupos de países da economia mundial. Essas estimativas mostram que a renda *per capita* na Ásia, na África e na América Latina, como proporção da constatada na Europa, na América do Norte e no Japão, era de 95% em 1800 e 77% em 1830. Mas a proporção teve quedas acentuadas desde então, baixando para 54% em 1860, 32% em 1900, 29% em 1913, 25% em 1928, 24% em 1938 e 18% em 1950. Convém dizer que essas proporções não são comparáveis às da tabela 2.4, não só

porque os níveis da renda *per capita* diferem, mas também porque os grupos de países são diferentes.² Ainda assim, os dois conjuntos de estimativas revelam uma divergência marcante nas rendas *per capita* entre o Ocidente e o resto do mundo, durante o período decorrido entre o início do século XIX e meados do século XX.

Não admira que essa divergência se reflita em diferenças nas taxas de crescimento da renda *per capita* ao longo do tempo entre regiões da economia mundial. A tabela 2.5 mostra dados sobre as taxas de crescimento do PIB e do PIB *per capita* nos períodos 1820-1870, 1870-1913 e 1913-1950. Essas taxas baseiam-se nas estimativas de Maddison sobre o PIB e o PIB *per capita*, em dólares internacionais (Geary-Khamis) de 1990, nas regiões, nos grupos de países ou países especificados, nos anos de referência escolhidos. A divergência nas rendas *per capita* surgida no correr do tempo reflete-se claramente nas taxas de crescimento do PIB *per capita*. Na Europa Ocidental, estas ficaram na faixa de 0,8-1,4% por ano, e, nas Ramificações do Ocidente, na faixa de 1,4-1,8% por ano, o que foi modesto para os padrões contemporâneos. Só que essas taxas de crescimento foram significativamente mais baixas em outros lugares, entre 1820 e 1870. Durante os períodos 1870-1913 e 1913-1950, entretanto, as taxas de crescimento do PIB *per capita* foram mais altas na América Latina, comparáveis na antiga URSS e no Japão, apenas ligeiramente menores no Leste Europeu e nitidamente inferiores na África. Foi a Ásia que representou a história desastrosa, com taxas negativas de crescimento do PIB *per capita* durante longos períodos, 1820-1870 e 1913-1950, e elas mal chegaram a ser positivas, abaixo de 0,5% ao ano, durante 1870-1913, que foi um período de prosperidade para a economia mundial, no qual essas taxas foram muito mais altas em quase toda parte. A China e a Índia saíram-se ainda pior. A força das taxas de crescimento acumuladas num período de 130 anos levou à notável divergência nas rendas *per capita*.

É uma questão de aritmética que as diferenças nas taxas de crescimento do PIB *per capita* tenham sido moldadas pelas dife-

renças nas taxas de crescimento do PIB e da população, as quais, por sua vez, também determinaram mudanças na participação dos países ou regiões no PIB global e na população mundial. Ainda assim, vale a pena assinalar que as diferenças nas taxas de crescimento do PIB entre o “Ocidente” e o “Resto”, exibidas na tabela 2.5, estão por trás das mudanças na participação desses grupos de países no PIB global ao longo do tempo.

Tabela 2.5. Taxas de crescimento da economia mundial por região: 1820-1950
(porcentagem por ano)

	PIB		
	1820-1870	1870-1913	1913-1950
Ocidente			
Europa Ocidental	1,68	2,12	1,19
Ramificações do Ocidente	4,31	3,92	2,83
Leste Europeu	1,41	2,33	0,86
Antiga URSS	1,61	2,40	2,15
Japão	0,41	2,44	2,21
Resto			
Ásia, inclusive	0,04	0,98	0,84
China	-0,37	0,56	0,04
Índia	0,38	0,97	0,23
África	0,75	1,32	2,56
América Latina	1,22	3,52	3,39
	PIB <i>per capita</i>		
	1820-1870	1870-1913	1913-1950
Ocidente			
Europa Ocidental	0,99	1,34	0,76
Ramificações do Ocidente	1,41	1,81	1,56
Leste Europeu	0,63	1,39	0,60
Antiga URSS	0,63	1,06	1,76
Japão	0,19	1,48	0,88
Resto			
Ásia, inclusive	-0,11	0,43	-0,08
China	-0,25	0,10	-0,56
Índia	0,00	0,54	-0,22
África	0,35	0,57	0,90
América Latina	-0,04	1,86	1,41

Fonte: Cálculos do autor a partir do banco de dados de Maddison *on-line*; ver Apêndice.

Na Europa Ocidental, a taxa de crescimento do PIB, comparada a outras, respondeu pelo aumento da participação dessa região no PIB mundial durante 1820-1870, pela estabilidade de sua participação durante 1870-1913 e por um decréscimo dela durante 1913-1950. Nas Ramificações do Ocidente, taxas de crescimento do PIB muito mais altas que em outras partes do mundo responderam pelo aumento contínuo da participação no PIB mundial durante todo o período 1820-1950. O Leste Europeu e a antiga URSS conseguiram preservar sua participação no período 1870-1950, graças a taxas de crescimento do PIB que foram comparáveis a outras, de modo geral, e se conformaram à média global. O Japão também conseguiu manter e, durante algum tempo, aumentar sua participação no PIB mundial, pois suas taxas de crescimento do PIB foram comparáveis às de outros lugares, ou superiores a elas.

Em paralelo, o declínio dramático da participação da Ásia na renda mundial, de 1820 a 1950, foi atribuível ao crescimento muito mais lento do seu PIB, em comparação com todas as outras partes do mundo. Esse problema foi ainda mais agudo na China e na Índia. Em contraste, o aumento da participação da América Latina na renda mundial, entre 1870 e 1950, foi atribuível às suas taxas de crescimento acelerado do PIB, que se equipararam às das Ramificações do Ocidente e foram maiores que as da Europa Ocidental. A participação da África no PIB mundial foi mantida durante 1820-1870, decresceu em 1870-1913 e se recuperou durante 1913-1950, graças ao crescimento respeitável do seu PIB no primeiro e no terceiro períodos. Nesse sentido limitado, o desempenho do crescimento responde pelo passado, ainda que não possa explicá-lo.

É preciso dizer que a renda *per capita* é uma simples média aritmética, muitas vezes usada como substituta do padrão de vida médio, razão pela qual não mede o bem-estar das pessoas. Por isso, indicadores sociais como a expectativa de vida e os índices de alfabetização, ou indicadores demográficos como as taxas de nata-

lidade, de mortalidade ou de mortalidade infantil, são complementos úteis. Entretanto, dispomos de pouca coisa em termos de estatísticas históricas desses indicadores. Ainda assim, os dados disponíveis sobre a expectativa de vida fornecem alguma confirmação da narrativa até este ponto. No ano 1000, a expectativa de vida no nascimento era de 24 anos, aproximadamente a mesma em todas as partes do mundo (Maddison, 2001). Em 1750, ela e as taxas de natalidade eram semelhantes na Europa Ocidental e na Ásia (Pomeranz, 2000, p. 36-41). A partir daí, a situação mudou. Na Europa Ocidental, nas Ramificações do Ocidente e no Japão, a média da expectativa de vida elevou-se para 36 anos em 1820, 46 anos em 1900 e 66 anos em 1950, enquanto na Ásia, na África e na América Latina a média da expectativa de vida se manteve significativamente inferior, em 24 anos em 1820 e 26 anos em 1900, embora tenha subido para 44 anos em 1950 (Maddison, 2001, p. 31). A divergência na renda parece ter-se associado à divergência no bem-estar das pessoas, de modo que a divisão entre países ricos e pobres já era nítida e clara em 1950.

3. Industrialização e desindustrialização

Fica patente que, até 1500, os continentes hoje descritos como mundo em desenvolvimento tinham parcelas esmagadoramente grandes da população mundial e da renda global. Isso pode ser atribuído, sobretudo, à Ásia. Tais parcelas foram diminuindo nos trezentos anos seguintes, mas ainda eram substanciais no início do século XIX. Mesmo no âmbito da capacidade manufatureira da economia mundial, a importância da Ásia era enorme, embora a África e a América do Sul produzissem produtos primários. Aliás, durante os séculos XVII e XVIII, a economia mundial caracterizou-se por um fluxo de produtos manufaturados da Ásia para a Europa, contrabalançado por um fluxo de prata da Europa para a Ásia (Findlay e O'Rourke, 2007). Não se tratava do simples comércio de especiarias. Os artigos de algodão da Índia e as porcelanas ou sedas da China eram muito requisitados. E alguns dos

setores mais dinâmicos da Europa do século XVIII foram os que procuravam imitar e competir com produtos asiáticos (Parthasarathi, 2011). A Revolução Industrial na Grã-Bretanha transformou essa realidade durante o século XIX.

Num estudo sobre os níveis de industrialização em todo o mundo desde 1750, Bairoch (1982) forneceu estimativas da produção manufatureira de uma seleção de países e grupos de países. A tabela 2.6, baseada nessas estimativas, resume as mudanças na distribuição da produção fabril na economia mundial ao longo de dois séculos, de 1750 a 1953. Ela faz uma distinção entre dois grupos de países: o primeiro compõe-se de Ásia, África e América Latina, descritas por Bairoch como o “Terceiro Mundo”, enquanto o segundo é formado por Europa, América do Norte e Japão, descritos por ele como “economias desenvolvidas”. A produção industrial abarca toda a gama de produtos fabricados, sem diferenciação de níveis tecnológicos ou estruturas organizacionais. Assim, tanto inclui o setor tradicional, com a produção feita por artesãos, quanto a indústria moderna, com a produção em fábricas. Os números baseiam-se em médias anuais por triênio ou quinquênio, a fim de eliminar o impacto das oscilações de curto prazo. Os dados apresentados nessa tabela espelham a história das mudanças nas parcelas da renda mundial no mesmo período. Mostram que a Ásia, a África e a América Latina, tomadas em conjunto, responderam por quase 3/4 da produção industrial global em 1750. Na época, muito dessa produção ficava na Ásia. Essa proporção se manteve alta, mesmo ao ficar mais baixa, com 2/3 em 1800 e 3/5 em 1830. Mas despencou de 60,5% em 1830 para 20,9% em 1880 e para meros 7,5% em 1913. Permaneceu mais ou menos nesse nível durante os quarenta anos seguintes. Por outro lado, a parcela da Europa, da América do Norte e do Japão na produção industrial global elevou-se de 39,5% em 1830 para 79,1% em 1880 e 92,5% em 1913. Na verdade, a contribuição proporcional desses dois grupos de países para a produção manufatureira mundial quase se inverteu em apenas trinta anos, entre 1830 e

Tabela 2.6. Distribuição da produção industrial na economia mundial: 1750-1953
(em percentagens)

Ano	Europa, América do Norte e Japão	América Latina, África e Ásia	Mundo
1750	27,0	73,0	100
1800	32,3	67,7	100
1830	39,5	60,5	100
1860	63,4	36,6	100
1880	79,1	20,9	100
1900	89,0	11,0	100
1913	92,5	7,5	100
1928	92,8	7,2	100
1938	92,8	7,2	100
1953	93,5	6,5	100

Fonte: Bairoch (1982).

1860. Todavia, em 1860, a China ficou em segundo lugar no mundo, e a Índia, em terceiro, logo abaixo do Reino Unido (primeiro lugar), porém acima da França (quarto lugar), dos Estados Unidos (quinto) e da Alemanha (sexto), em termos do total da produção industrial (Bairoch, 1982, p. 284). Surpreendentemente, a China e a Índia se mantiveram entre os dez países com maior produção industrial total, inclusive em 1913 e 1953, essencialmente em razão de seu tamanho.

Seria interessante examinar quanto variou a produtividade por trabalhador da indústria ao longo do tempo, nessas duas partes do mundo. Mas isso não é possível, pois não há dados sobre o número de pessoas empregadas no setor industrial. Assim, Bairoch estudou os níveis de industrialização em termos do volume da produção industrial *per capita*. Os resultados desse exercício são igualmente impressionantes. A proporção da produção industrial *per capita* da Ásia, da África e da América Latina em relação à da Europa, da América do Norte e do Japão caiu de 7:8 em 1750 e 3:4 em 1800 para 1:4 em 1860, 1:8 em 1880, 1:17,5 em 1900 e 1:27,5 em 1913 (Bairoch, 1993, p. 91). Mas a China e a Índia nem sequer ficaram entre os vinte maiores países do mundo, em termos da

produção industrial *per capita*, em 1860, muito menos em 1913 ou 1953 (Bairoch, 1982, p. 286).

Até o fim do século XVIII, a produção industrial pré-capitalista em todas as regiões era descentralizada em artesãos, artífices e guildas. Assim, seria razoável inferir que o domínio da Ásia na economia industrial global estava fadado a diminuir, assim como a importância da Europa Ocidental estava fadada a crescer com o advento e a disseminação da Revolução Industrial, na medida em que as formas capitalistas de organização da produção nas fábricas, empregando operários industriais, elevassem a produtividade por meio da divisão do trabalho e das novas tecnologias. Essa suposição é correta, em parte, mas não inteiramente. A transformação da produção industrial foi um processo gradativo. Em 1830, a participação das indústrias de novas tecnologias, nascidas com a Revolução Industrial, contribuiu com cerca de 1/3 da produção industrial, embora essa participação tenha sido muito mais alta, provavelmente próxima de 2/3, no Reino Unido (Bairoch, 1982, p. 288). Entretanto, não há dúvida de que a desindustrialização da Ásia, particularmente na Índia e na China, mas também noutros locais, pode ser atribuída, em grande parte, à industrialização do Ocidente. A história da África é semelhante à da Ásia, embora em escala menor. A história da América Latina é diferente, sobretudo depois de 1870. Mas fica claro que a industrialização da Europa e a desindustrialização da Ásia, durante o século XIX, foram dois lados da mesma moeda.

4. Integração na economia mundial

A Ásia e a África estão entrosadas há muitos anos na economia mundial. O mesmo se aplica à América do Sul, desde a descoberta do Novo Mundo. A natureza e o grau desse engajamento podem ter mudado ao longo do tempo, nas diferentes eras da globalização. Seria interessante verificar como ele se modificou através das fases de importância, declínio e queda dessas regiões na economia mundial. Mas é difícil encontrar dados estatísticos sobre o período

anterior ao século XIX. Por isso, a discussão desta seção procura concentrar-se no período de 1870 a 1950, em relação ao qual dispomos de alguns dados sobre a integração na economia mundial por meio do comércio internacional, do investimento internacional e da migração internacional, ainda que sejam dados parciais e incompletos.

Comércio internacional

A tabela 2.7 apresenta dados sobre as exportações e importações da Ásia, da África e da América Latina, em preços vigentes à taxa de câmbio do mercado em anos selecionados, durante o período de 1900 a 1948. Não constitui uma estatística exaustiva, mas proporciona um panorama razoavelmente preciso.³ Mostra que as exportações do que hoje se descreve como mundo em desenvolvimento cresceram de 1,7 bilhão de dólares em 1900 para 7,9 bilhões em 1928 e 15,4 bilhões em 1948, enquanto as importações subiram de 1,5 bilhão de dólares para 6,5 bilhões e 14,9 bilhões, respectivamente, nos mesmos anos. A participação dessa região nas exportações mundiais subiu de 17% em 1900 para 24% em 1928 e 27% em 1948, enquanto sua participação nas importações mundiais, um pouco menor, também subiu de 15% para 20% e 26% nesses anos, respectivamente. Dados de uma fonte diferente

Tabela 2.7. Exportações e importações da Ásia, da África e da América Latina no contexto do comércio mundial: 1900-1948
(em milhões de dólares)

Ano	Exportações da América Latina, da África e da Ásia	Importações da América Latina, da África e da Ásia	Participação percentual no comércio internacional	
			Exportações	Importações
1900	1.694	1.490	16,9	14,9
1913	3.899	3.310	19,9	16,9
1928	7.894	6.450	24,1	19,7
1935	4.495	3.660	23,4	19,1
1938	5.219	4.640	22,9	20,4
1948	15.421	14.890	26,9	26,0

Fonte: Cálculos do autor a partir do banco de dados de Maddison *on-line*; ver Apêndice.

sugerem que sua participação nas exportações mundiais correspondeu a 16% em 1870.⁴ Ao que parece, a integração da Ásia, da África e da América Latina à economia mundial, por meio do comércio internacional, passou por um aumento significativo no período de 1870 a 1928 e se estabilizou depois dele.

Alguns creem que essa expansão do comércio internacional pode ser atribuída à liberalização do comércio. Tal suposição é apenas parcialmente correta. Na verdade, o livre-comércio se impôs na Ásia, na África e na América Latina na medida em que o imperialismo forçou a abertura dos mercados, por meio da diplomacia das canhoneiras ou da dominação colonial. Em 1842, a China assinou com a Grã-Bretanha um tratado que abriu seus mercados ao comércio e instituiu um teto tarifário de 5%. Na década de 1840, o livre-comércio foi imposto à Índia pela Grã-Bretanha e à Indonésia pela Holanda. Em 1858, o Japão assinou os tratados Harris, em Shimoda, convencido pelas canhoneiras norte-americanas do comodoro Perry a passar da autarquia para o livre-comércio. A Coreia seguiu o mesmo caminho, por meio de sua integração ao mercado com o Japão (Williamson, 2002; Nayyar, 2006).

A exceção foi a América Latina. Os tratados injustos assinados no começo do século XIX, antes da independência, expiraram na década de 1870. Depois disso, os níveis das tarifas latino-americanas ficaram entre os mais altos do mundo, o que levou a um crescimento explosivo com o advento da industrialização, enquanto os níveis tarifários asiáticos ficaram entre os mais baixos do mundo, o que levou a um desempenho desanimador, acompanhado pela desindustrialização (Clemens e Williamson, 2002). No fim do século XIX e no início do século XX, a Índia, a China e a Indonésia praticavam o livre-comércio tanto quanto a Grã-Bretanha e a Holanda, onde os níveis médios das tarifas eram quase desprezíveis, na faixa dos 3%-5% (Nayyar, 2006). Em contraste, os níveis tarifários da Alemanha, do Japão e da França eram significativamente mais altos, em torno dos 12%-14%, ao passo que os dos Estados

Unidos eram muito mais elevados, na casa dos 33% (Bairoch, 1993; Maddison, 1989).

Durante o período de 1870 a 1914, grande parcela desse comércio internacional consistia no comércio intersetorial, no qual se trocavam produtos primários por artigos manufaturados. A principal nação mercantil dessa época, a Grã-Bretanha, exportava manufaturados para a Ásia, a África e a América Latina e delas importava *commodities* primárias (Foreman-Peck, 1983). O mesmo se aplicava ao noroeste da Europa. A América do Norte exportou produtos primários durante algum tempo, mas a rápida industrialização ocorrida em seu território também transformou os Estados Unidos num exportador líquido de manufaturados em 1914 (Findlay e O'Rourke, 2007). A divisão internacional do trabalho implícita nesse padrão de comércio, denominada a Grande Especialização (Robertson, 1938), foi um simples corolário do processo de industrialização e desindustrialização.

Investimento internacional

O valor bruto do estoque de capital estrangeiro na Ásia, na África e na América Latina, em preços correntes, subiu de 5,3 bilhões de dólares em 1870 para 11,3 bilhões em 1900, 22,7 bilhões em 1914 e 24,7 bilhões em 1928 (Maddison, 1989, p. 30). Isso equivalia a 32% do PIB de quinze países seletos da Ásia e da América Latina em 1900, os quais eram os principais destinos dos investimentos provenientes do exterior.⁵ Também se estimou que, em 1914, o total dos investimentos estrangeiros na economia mundial foi de 44 bilhões de dólares, dos quais 30 bilhões eram investimentos em carteira, enquanto 14 bilhões eram investimentos diretos (Dunning, 1983). Em termos de destinação, a distribuição foi a seguinte: 14 bilhões de dólares para a Europa (32%), 10,5 bilhões para os Estados Unidos (24%), 8,5 bilhões para a América Latina (19%) e 11 bilhões para a Ásia e a África (25%) (Unctad, 1994, p. 158). Em termos de origem, a concentração era muito maior: 19 bilhões de dólares vinham do Reino Unido (43%), 9 bilhões da França

(21%), 6 bilhões da Alemanha (13,5%), 5,5 bilhões da Bélgica (12,5%) e 4,5 bilhões dos Estados Unidos (10%).

Assim, em 1914, 44% dos investimentos estrangeiros do mundo estavam na Ásia, na África e na América Latina, mas 90% deles vinham da Europa. Em 1913, o setor primário respondeu por 55% do investimento estrangeiro a longo prazo no mundo, os transportes, comércio e distribuição responderam por 30%, e a indústria respondeu por apenas 10%, grande parte dos quais se concentrou nos Estados Unidos ou na Europa (Dunning, 1983). Durante o período 1870-1914, esses fluxos de capital foram um meio de transferir recursos de investimento para as colônias *de jure* ou *de facto* e para os países recém-industrializados que tivessem as oportunidades de crescimento mais atraentes. O objetivo de tais fluxos era encontrar caminhos para investimentos a longo prazo, em busca de lucros. Os bancos eram os únicos intermediários financeiros entre prestamistas e tomadores de empréstimos, enquanto os instrumentos financeiros eram títulos com prazos de vencimento muito longos. A maior parte das dívidas era securitizada, com garantias soberanas fornecidas pelas nações imperiais da Europa ou pelos governos dos países tomadores (Nayyar, 2006). Ao que parece, durante o fim do século XIX e o início do século XX, a Ásia, a África e a América Latina, como fontes de produtos primários, foram integradas à economia mundial por meio de investimentos internacionais em minas e grandes lavouras para exportação [*plantations*], ou em canais de ligação entre o interior e os portos, numa divisão internacional do trabalho moldada pelo imperialismo e pelo comércio.

Migração internacional

As migrações internacionais remontam a um passado muito distante. Na verdade, a migração de pessoas é antiga como a humanidade. E a migração que atravessa fronteiras e mares é pelo menos tão antiga quanto os Estados nacionais. Houve, é claro, invasores e conquistadores. Houve também aventureiros e merca-

dores. Mas a migração é diferente, pois se associa à movimentação de países em que há excesso de mão de obra para países em que há escassez dela. Até esses movimentos tiveram início séculos atrás.

Começaram com a escravidão. O tráfico europeu de escravos é o foco frequente de atenção. Muito se escreveu a respeito dele, em parte pelo fato de suas consequências se inserirem num passado que continua visível no presente. Mas é claro que o mercado de escravos e a comercialização deles tiveram início na antiga Grécia e em Roma. Houve também um tráfico islâmico de escravos, que começou mais cedo e durou mais tempo do que seu equivalente europeu, mas sobre o qual não se escreveu tanto. Começou no século VII e terminou no fim do século XIX. Ao longo desse período, estima-se que cerca de 15 milhões de pessoas tenham sido transportadas da África subsaariana para o mundo muçulmano, sendo que 8 milhões delas foram deslocadas como escravos no período de 1500 a 1890 (Bairoch, 1993). O tráfico negreiro europeu começou em meados do século XVI. O mercado de escravos desenvolveu-se ao longo da costa africana, desde o Senegal, no norte, até Angola, no sul. Esse tráfico prosseguiu até o começo do século XIX, quando terminou. Acredita-se que, em mais de dois séculos, mais de 15 milhões de pessoas tenham sido levadas da África para a Europa, a América do Norte, o Caribe e o Brasil, para trabalhar em residências ou nas grandes lavouras de exportação (Nayyar, 2002). O tráfico de escravos foi a maior migração em massa forçada da história. A escravidão acabou sendo abolida no Império Britânico em 1833 e nos Estados Unidos em 1865. O tráfico negreiro chegou ao fim. Mas não a escravidão. Ela prosseguiu, por exemplo, no Brasil e em Cuba, onde só foi abolida no fim da década de 1880.

A abolição da escravatura no Império Britânico foi seguida pelo movimento da servidão por contrato, que era mais uma forma de escravidão. A partir de aproximadamente meados da década de 1830, por um período de cinquenta anos, cerca de 50 milhões de pessoas deixaram a Índia e a China para trabalhar como

servos contratados em minas, grandes lavouras e canteiros de obras de construção nas Américas, no Caribe, na África meridional, no Sudeste Asiático e em outras terras distantes (Tinker, 1974; Lewis, 1978). É provável que isso correspondesse a algo próximo de 10% do total da população da Índia e da China por volta de 1880 (Nayyar, 2002). Os destinos eram, sobretudo, as colônias britânicas, holandesas, francesas e alemãs. Mas os Estados Unidos eram outro destino importante, para o qual também iam servos contratados do Japão.

Houve certa movimentação de pessoas da Europa durante esses períodos de escravidão e servidão sob contrato. Presidiários ingleses foram transportados para a Austrália. Pessoas de Portugal e da Espanha mudaram-se para o México, a América Central e o Caribe espanhol, enquanto homens e mulheres da Inglaterra, Holanda e França mudaram-se para a América do Norte. Alguns eram aventureiros; outros, refugiados. Muitos, porém, eram migrantes. Mais tarde, entre 1870 e 1914, mais de 50 milhões de pessoas deixaram a Europa, 2/3 delas indo para os Estados Unidos, enquanto o 1/3 restante foi para o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia, a África do Sul e a Argentina (Lewis, 1978). Houve também alguma migração da Europa e do Japão para o Brasil. Essas pessoas eram, essencialmente, trabalhadores deslocados do setor agrícola que não conseguiam encontrar emprego na indústria. A migração, na verdade, foi impulsionada pela escassez de terras na Europa e pela abundância delas nas Américas, bem como em outras regiões de clima temperado que atraíram colonos brancos (Nayyar, 2008). A África colonizada, que necessitava de empresários agrícolas, também atraiu colonos europeus. Essa maciça emigração da Europa correspondeu a 1/8 de sua população em 1900. Em alguns países, como Grã-Bretanha, Itália, Espanha e Portugal, tal migração chegou a equivaler a algo como 20% a 40% da população (Massey, 1988; Stalker, 1994).

A migração internacional nessa escala gigantesca chegou ao fim com a Primeira Guerra Mundial. De 1919 a 1939, a migração

prosseguiu em níveis muito inferiores, pois se aprovaram leis sobre a imigração e o uso de passaportes se tornou necessário. A Grande Depressão da década de 1930 reduziu ainda mais esses fluxos, na medida em que os índices de desemprego foram tendo um aumento acentuado em toda parte. O fim da Segunda Guerra Mundial levou a uma enorme movimentação de pessoas dentro da Europa, num total estimado em 15 milhões, sendo a maioria composta de refugiados que tentavam se estabelecer. Mas o período do pós-guerra também assistiu a uma emigração em escala significativa da Europa para os Estados Unidos e a América Latina.

A migração de pessoas da Índia e da China, num regime de servidão contratual, para trabalhar em minas e *plantations*, somada à movimentação de capital de países europeus, buscou explorar os recursos naturais ou as condições climáticas do Sudeste Asiático, da África meridional e do Caribe. Nesse processo, contrariando o constructo dominante na teoria ortodoxa do comércio, as movimentações internacionais do capital e do trabalho foram complementares, não substitutivas (Nayyar, 1998). Essa migração também moldou a divisão internacional do trabalho na era do imperialismo, o que levou à industrialização de algumas partes do mundo e à desindustrialização de outras. A migração subsequente de pessoas da Europa para os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália e a Nova Zelândia, descritos como Ramificações do Ocidente, proporcionou as bases do desenvolvimento do capitalismo industrial nos novos mundos. Em qualquer desses casos, a migração internacional teve importância decisiva na evolução da economia mundial durante o século XIX.

Em retrospectiva, fica claro que a segunda metade do século XIX e a primeira do século XX assistiram a uma integração progressiva da Ásia, da África e da América Latina na economia mundial. Talvez esse processo tenha tomado impulso na “era do imperialismo”, de 1870 a 1914 (Hobsbawm, 1987), mas evoluiu durante todo o século XIX e abarcou mais de uma centena de anos (Findlay e O’Rourke, 2007). Foi impelido pelos interesses econômicos e po-

líticos da Europa Ocidental, adicionalmente reforçados pela emergência dos Estados Unidos. Isso coincidiu no tempo com a ascensão do Ocidente. E também coincidiu, no tempo, com o declínio e a queda da Ásia. A África foi deixada para trás. A América Latina saiu-se muito melhor, exceto pela divergência da renda.

Conclusão

Este capítulo considerou a evolução da economia mundial numa perspectiva histórica de longo prazo, a fim de montar o cenário. Vale a pena recapitular os contornos essenciais da mudança, para ligá-los à análise do emparelhamento, que é o foco deste livro. A realidade marcante que emerge é que a distinção atual entre economias industrializadas e em desenvolvimento, ou entre países ricos e pobres, é relativamente recente no âmbito da história. Mil anos atrás, a Ásia, a África e a América do Sul, tomadas em conjunto, respondiam por mais de 80% da população e da renda mundiais. Os primórdios da mudança foram discerníveis do início do século XVI ao início do século XIX. No entanto, em 1820, há menos de duzentos anos, esses três continentes ainda respondiam por quase 3/4 da população e por cerca de 2/3 da renda mundiais. Em grande parte, isso podia ser atribuído à Ásia, onde apenas dois países, a China e a Índia, responderam por aproximadamente 50% da população mundial e da renda global nos séculos decorridos entre os anos 1000 e 1820. A drástica transformação da economia mundial, entretanto, começou por volta de 1820. Em ritmo lento, mas seguro, as divisões geográficas do mundo transformaram-se em divisões econômicas. Essas divisões converteram-se rapidamente num enorme abismo. A importância econômica da Ásia, da África e da América Latina sofreu uma queda vertiginosa. Em 1950 havia uma assimetria pronunciada entre sua parcela de 2/3 da população mundial e a de cerca de 1/4 da renda mundial. Em nítido contraste, entre 1820 e 1950, a Europa, a América do Norte e o Japão aumentaram sua parcela da população mundial de 1/4 para 1/3 e elevaram a da renda global

de mais de 1/3 para quase 3/4. A ascensão do “Ocidente” concentrou-se na Europa Ocidental e na América do Norte. O declínio e a queda do “Resto” concentraram-se na Ásia, podendo ser atribuídos, sobretudo, à China e à Índia. A América Latina foi a exceção: suas parcelas da população e da renda mundiais não apenas foram simétricas durante todo esse período, como também aumentaram no correr do tempo.

A Grande Divergência na renda *per capita*, não obstante, constituiu a realidade. Num breve intervalo de 130 anos, de 1820 a 1950, como percentagem do PIB *per capita* da Europa Ocidental e das Ramificações do Ocidente, o PIB *per capita* da América Latina caiu de 3/5 para 2/5, o da África, de 1/3 para 1/7, e o da Ásia, de 1/2 para 1/10. Mas não foi só isso. Entre 1830 e 1913, a participação da Ásia, da África e da América Latina na produção industrial global, que pode ser atribuída, sobretudo, à Ásia, em particular à China e à Índia, despencou de 60% para 7,5%, enquanto a participação da Europa, da América do Norte e do Japão subiu de 40% para 92,5% e se manteve nesse patamar até 1950. A industrialização da Europa Ocidental e a desindustrialização da Ásia durante o século XIX foram dois lados da mesma moeda. Isso levou à Grande Especialização, o que significou que a Europa Ocidental, seguida pelos Estados Unidos, produziu bens manufaturados, enquanto a Ásia, a África e a América Latina produziram produtos primários. O século decorrido entre 1850 e 1950 assistiu a uma integração progressiva da Ásia, da África e da América Latina na economia mundial, por meio do comércio internacional, do investimento internacional e da migração internacional, que criou e inseriu entre os países uma divisão do trabalho que foi desigual em suas consequências para o desenvolvimento. Esse processo teve como efeito o declínio e a queda da Ásia e o retrocesso da África, ainda que a América Latina tenha-se saído melhor, exceto pela divergência de renda. Em 1950, a separação entre países industrializados ricos e países subdesenvolvidos pobres tornou-se imensa.

Esta narrativa sobre os três continentes, que começou por apontar sua importância esmagadora na economia mundial e traçou os contornos de seu declínio, será seguida, no próximo capítulo, por uma análise dos fatores subjacentes. O restante do livro, porém, versará sobre o período de 1950 a 2010. Procurará analisar o emparelhamento dos países em desenvolvimento, refletido em sua participação na produção mundial, seus níveis de renda *per capita* e sua busca da industrialização, situados no contexto mais amplo de seu entrosamento na economia mundial.

3

Perguntas e respostas subjacentes

A primeira metade do segundo milênio assistiu aos primórdios da mudança da economia mundial, cujos efeitos se tornaram discerníveis durante o período situado entre o começo do século XVI e o fim do século XVIII. Isso preparou o terreno para uma drástica transformação da economia mundial, que ganhou impulso ao longo do século XIX e criou um abismo econômico entre países ricos e pobres, o qual chegou ao auge em meados do século XX. Os fatores subjacentes foram múltiplos e complexos. Não admira que uma vasta literatura acadêmica tenha tentado analisar esse processo de mudança. Grande parte dela é do campo da história, parte é história econômica e parte é uma história em que a geografia desempenha um papel crucial.

Este livro é de economia, não de uma geografia em que a história tenha importância. Ele busca fornecer uma perspectiva histórica de longo prazo, tendo em vista, essencialmente, preparar o terreno para uma análise do processo de mudança da economia mundial a partir de 1950. Ainda assim, é necessário sublinhar os fatores subjacentes às mudanças profundas da economia global durante os duzentos anos anteriores. Ao fazê-lo, este capítulo recorre à literatura existente. Mas continua a ser uma digressão incapaz de fazer justiça a uma vasta literatura, rica em alcance e profundidade, muito menos de tocar na substância ou nas nuances de seus debates e controvérsias.

O capítulo formula quatro perguntas, a fim de fornecer respostas sucintas. Primeira: quais foram os acontecimentos, a partir

de 1500 ou antes, particularmente na Europa, que moldaram a evolução da economia mundial? Segunda: como se comparavam as economias da Europa e da Ásia em meados do século XVIII? Terceira: por que a Revolução Industrial ocorreu na Grã-Bretanha, e não em outros locais da Europa ou da Ásia? Quarta: quais foram as implicações e consequências dessa ocorrência para a Europa, a Ásia e a economia mundial, e de que modo o contexto político, manifestado no colonialismo e no imperialismo, influenciou os resultados?

1. A Europa de 1500 a 1780

Afirmou-se (Landes, 1999) que a Europa do fim da Idade Média figurava entre as sociedades mais criativas da história, pois a divisão do trabalho e a ampliação do mercado eram um estímulo à inovação tecnológica. Alguns exemplos citados são a roda hidráulica, os óculos, o relógio mecânico, a imprensa e a pólvora, embora a roda hidráulica existisse na época dos romanos, enquanto a impressão tipográfica e a pólvora vieram da China. Supostamente, a inovação foi recompensada pelo livre mercado e pela institucionalização dos direitos de propriedade, de modo que o sucesso levou à imitação ou à emulação. Todavia, em 1500, a maioria dos europeus vivia em economias atrasadas, nas quais 3/4 da população trabalhavam na agricultura, de modo que a produtividade e a renda eram baixas (Allen, 2009). O comércio e a indústria concentravam-se no Mediterrâneo, sobretudo nas cidades-estado italianas, ou na Península Ibérica — Portugal e Espanha —, com pequenas ramificações em Bruges e na Antuérpia.

As viagens de descobrimento do fim do século XV, lideradas pelos Estados ibéricos, talvez tenham sido um grande momento de virada (Findlay e O'Rourke, 2007). Os europeus estavam tentando superar os árabes, que haviam monopolizado o comércio marítimo com a Ásia. Precisavam encontrar uma rota marítima direta para a Índia, a qual também pudesse levar mais para o Oriente. O primeiro grande marco foi alcançado em 1488, quando

Bartolomeu Dias descobriu a ponta meridional da África, que foi oportunamente chamada de Cabo da Boa Esperança. Cristóvão Colombo, natural de Gênova, promoveu junto a muitos Estados europeus sua ideia de navegar para oeste pelo Atlântico e acabou recebendo apoio dos monarcas de Aragão e Castela. Colombo partiu de Cádiz para sua momentosa descoberta em 1492, com apenas noventa homens em três navios, “ainda que raramente soubesse onde estava, muito menos para onde ia” (Morris, 2010, p. 16).¹ Vasco da Gama partiu de Lisboa em 1497, com dois navios e uma embarcação de apoio, e chegou a Calicute, na costa indiana de Malabar, em maio de 1498. As viagens de Colombo ao Caribe foram seguidas por várias expedições espanholas. A flotilha exploratória comandada por Hernán Cortés, composta de onze navios, cem marinheiros e quinhentos soldados, aproximou-se da costa mexicana de Yucatán e aportou em Vera Cruz em abril de 1519. Mal decorridos dois anos, o poderoso Império Asteca tinha sido destruído. Essas viagens terminaram com a circum-navegação do globo por Fernão de Magalhães em 1521.

Essa sequência de descobrimentos levou à primeira fase da expansão colonial europeia, no início do século XVI. Começou por Espanha e Portugal. O tráfico negreiro vindo da África, a busca de prata no Novo Mundo e a colonização das Américas fizeram parte desse processo, que desencadeou uma nova dinâmica na formação da economia mundial. Foi a era do mercantilismo na Europa. A aquisição de colônias associou-se a uma expansão mercantil das trocas. O comércio do Velho Mundo e a prata do Novo Mundo revelaram-se complementos poderosos no estímulo aos fluxos comerciais, na medida em que a Europa custeava suas importações de têxteis, especiarias, porcelanas e sedas da Ásia com exportações de prata obtida nas Américas. O Novo Mundo deu à Europa uma fonte de produtos primários, como açúcar, tabaco, algodão e madeira, sem falar nos inesperados lucros ecológicos do acesso a plantas nativas como o milho e a batata. Essas colônias também constituíram mercados de exportação para os produtos

manufaturados da Europa (Maddison, 2007). Os escravos da África proporcionaram a mão de obra para as lavouras de exportação, as minas e a agricultura (embora a população nativa da América espanhola também fosse usada como mão de obra nas minas), enquanto os migrantes europeus forneceram os empresários para o Novo Mundo. Ao mesmo tempo, os lucros do tráfico negroiro geravam recursos.²

A crescente rede de comércio mundial lançou as bases de uma especialização da produção entre os continentes, cujos benefícios se acumularam na Europa. Não surpreende que tenha havido uma luta pela hegemonia na economia do mundo emergente. No fim do século XVI, Portugal e Espanha foram deslocados pela Holanda, uma oligarquia mercantil. Os holandeses assumiram a primazia do comércio mundial. Sua dominação perdurou até o século XVIII, quando os britânicos tomaram a frente. Nesse mundo em que “os canhões e as velas” eram cruciais, o poder proporcionava a abundância (Findlay e O'Rourke, 2007). É óbvio que esse poder era sustentado pela economia e pela tecnologia. A geopolítica moldava as possibilidades. A primazia econômica tinha a ver com o poder estatal e o poder naval, que asseguravam a proteção dos interesses econômicos em terras distantes e navios mercantes em águas longínquas.

Em meados do século XVIII, o noroeste europeu ocupava o centro do cenário econômico, embora a França e a Áustria fossem grandes potências militares. Entre 1500 e 1800, a transformação estrutural da Inglaterra foi notável: a população agrícola caiu de 75% para 35%. Essa proporção também teve um declínio significativo na Holanda e na Bélgica e uma redução modesta na França, na Alemanha e na Áustria, mas foram poucas as mudanças na Itália e na Espanha (Allen, 2009). A mudança estrutural significou um aumento da urbanização e da indústria, mas a Inglaterra também passou por uma revolução agrária e uma industrialização crescente da zona rural, de modo que os níveis de produtividade e de renda aumentaram.

As modificações institucionais, sociais e culturais impulsionaram a transição (Allen, 2009; Landes, 1999). O fim da servidão, a redução da influência religiosa (que pode ser atribuída, em parte, à diminuição da dominação católica, com a ascensão do protestantismo) e o declínio das superstições fizeram parte desse processo. O mesmo se aplica à criação de universidades e ao progresso da ciência, a partir de Copérnico, passando por Galileu, Newton e Halley. A revolução da imprensa levou a uma queda acentuada no preço dos livros e espalhou o conhecimento das letras e dos números. A expansão do comércio internacional e a urbanização crescente levaram à maior alfabetização e ao surgimento de instituições políticas mais participativas (Hill, 1966; Brenner, 1993; Acemoglu, Johnson e Robinson, 2005). Em suma, estavam criadas as condições iniciais do desenvolvimento capitalista, proporcionando as raízes da Revolução Industrial que veio à tona no fim do século XVIII.

2. Europa e Ásia por volta de 1750

A literatura existente compara níveis de desenvolvimento na Europa e na Ásia em meados do século XVIII. Revela duas escolas de pensamento com visões nitidamente contrastantes. Uma enfatiza as diferenças, para sugerir que a Europa tinha clara superioridade em relação à Ásia. A outra frisa as semelhanças, a fim de sugerir que a Europa e a Ásia eram mais ou menos comparáveis em termos de desenvolvimento.

As origens e os fundamentos intelectuais da visão que procura focalizar as diferenças podem ser ligados aos escritos de dois dos mais influentes pensadores das ciências sociais: Karl Marx e Max Weber. Ironicamente, o pensamento de ambos inseria-se em visões de mundo diametralmente opostas. Não é de admirar que os seguidores de cada um invoquem razões ou argumentos diferentes para chegar à mesma conclusão. Para Marx, o “modo de produção asiático” caracterizava sociedades não ocidentais em que “déspotas orientais” exerciam o poder absoluto sobre a população, o que

cerceava as iniciativas individuais e não admitia instituições representativas. Tratava-se, essencialmente, de sociedades estáticas, sem evolução nem mudança. Aliás, Hegel afirmou que o conceito de Estado inexistia na Índia. O capitalismo não podia emergir em um mundo assim. Por isso, o colonialismo na Índia e a intromissão ocidental na China eram percebidos como vias para o progresso futuro. Weber acreditava que a racionalidade instrumental, baseada na ética protestante, era exclusiva da Europa e fornecia as bases da cultura, da política e da economia que levavam ao desenvolvimento do capitalismo. Por isso, mesmo que as sociedades da Índia e da China tivessem capacidade de raciocínio, esta era cerceada pelo domínio da religião e pela existência de instituições como castas ou clãs, que restringiam a liberdade individual e limitavam a razão a um comportamento adaptativo, incapaz de questionar as normas ou as práticas sociais. As semelhanças entre Marx e Weber em sua visão da Ásia são notáveis, pois iniciativa individual e racionalidade instrumental, em última instância, são a mesma ideia. Edward Said (1978) foi um dos primeiros a questionar esse influente sistema de crenças. Isso levou os cientistas sociais a questionarem, contestarem e rejeitarem a ideia de que a Europa era superior à Ásia, ou de que a Ásia era essencialmente diferente da Europa.

Mesmo assim, persiste a influência do pensamento weberiano. Landes (1999) afirmou que a Europa tinha uma vantagem decisiva sobre a Ásia, em termos de conhecimento, tecnologia científica, cultura, política e instituições. É fácil traduzir essa tese nos termos da economia neoclássica, dizendo o que se segue. A Europa da época tinha um eficiente sistema de mercado, que protegia os direitos de propriedade, de modo que a alocação e a utilização de recursos — terra, trabalho ou capital — eram muito melhores que na Ásia. Parte do pensamento marxista também afirma que a revolução agrícola da Inglaterra, que elevou a produtividade, só foi possível por causa dos mercados eficientes e dos sólidos direitos de propriedade (Brenner, 1985). Essa convicção pode ser contes-

tada. Pesquisas históricas mostram que, em meados do século XVIII, a China e a Índia tinham mercados que funcionavam com eficiência e direitos de propriedade assegurados (Pomeranz, 2000; Parthasarathi, 2011).

Outro argumento, de concepção malthusiana, diz que fatores demográficos, a idade no casamento ou índices de fertilidade permitiram que a Europa encontrasse um equilíbrio muito melhor entre a população e os recursos do que os países asiáticos, com suas grandes populações, nas quais o equilíbrio era restabelecido por períodos de fome e desastres naturais. Daí se infere que a Europa podia obter índices mais altos de poupança, que davam apoio à acumulação de capital. Essa crença também pode ser contestada. De fato, argumentou-se com acerto que a demografia malthusiana era comum a leste e a oeste na massa terrestre eurásiana, de modo que as grandes populações da China e da Índia eram um sinal de sucesso, não de fracasso (Findlay e O'Rourke, 2007).

A escola rival de pensamento desenha um quadro muito diferente. Destaca as semelhanças entre a Europa e a Ásia na época. Pomeranz (2000) comparou a Europa Ocidental e a China e mostrou que as taxas de natalidade e a expectativa de vida eram parecidas. O estoque de capital da Europa Ocidental não era significativamente maior, e a tecnologia incorporada não era superior. Os mercados de terra e de trabalho na China caracterizavam-se pela eficiência e pela liberdade, que eram aproximadamente as mesmas. Na verdade, havia semelhanças surpreendentes entre os dois mundos, em termos dos mercados e da comercialização, as quais se manifestavam na mercantilização da terra, do trabalho e dos bens, assim como em termos do consumo de artigos de luxo e da acumulação de capital. Parthasarathi (2011) comparou a Grã-Bretanha e a Europa Ocidental com a Índia, mostrando que os mercados de produtos e o crédito estavam em níveis similares de desenvolvimento. Os direitos de propriedade agrários eram bem definidos, de modo que populações substanciais fora da agricultura eram alimentadas, ao mesmo tempo que havia também ex-

portações de alimentos. Os comerciantes dirigiam vastos impérios que abrangiam mais de um continente, o que significava que sua propriedade estava segura. E os padrões de vida eram mais ou menos equiparáveis.

Findlay e O'Rourke (2007) também compararam a Europa Ocidental não apenas com a China e a Índia, mas com outras regiões da Eurásia, e mostraram que houve mudanças econômicas e políticas significativas em toda parte. A demografia, a tecnologia e as instituições não eram estáveis em lugar nenhum, além de serem comparáveis em linhas gerais. Os sistemas desenvolvidos de escrituração e contabilidade não eram exclusivos da Europa Ocidental, mas existiam na China, na Índia e em outros locais. O mesmo se aplicava aos conhecimentos científicos e ao saber tecnológico. Os produtos de algodão da Índia e as sedas e porcelanas da China compuseram as principais exportações de produtos manufaturados da economia mundial até o final do século XVIII. Mercadores da Índia, usando os dois litorais do país, singraram o Oceano Índico durante mais de mil anos e competiram em igualdade de condições com as companhias de comércio europeias durante o século XIX. As instituições políticas e os impérios ou dinastias dos países asiáticos eram sofisticados e admiráveis, com forças militares poderosas, agricultura produtiva e comércio vibrante.³ Alguns estudiosos vão muito além e afirmam que nesse período a Ásia era mais desenvolvida que a Europa Ocidental e estava em melhores condições de experimentar uma revolução industrial (Frank, 1998; Hobson, 2004). E alguns historiadores sugerem que houve uma protoindustrialização na Índia pré-colonial (Perlin, 1983). Em suma, parece que as semelhanças entre a Europa Ocidental e a Ásia, em meados do século XVIII, eram muito mais significativas do que as diferenças. Portanto, não é muito plausível sustentar a alegação de que a primeira levava uma clara vantagem sobre a segunda em termos de tecnologia, produtividade ou renda, nessa época. É fato que no período entre 1500 e 1750 foi crescente a importância econômica da Europa Ocidental na economia glo-

bal, mas a participação dos gigantes asiáticos — a China e a Índia — na produção mundial manteve-se inalterada durante toda essa época, na casa de aproximadamente 50%.

3. A Revolução Industrial na Grã-Bretanha: por que não na Europa continental ou na Ásia?

A Revolução Industrial ocorreu na Grã-Bretanha durante o final do século XVIII. Esse acontecimento gerou uma extensa literatura sobre as questões de onde, quando e por quê. Existem hipóteses especulativas e explicações rivais. Qualquer análise significativa exigiria uma grande digressão. Esta seção simplesmente resume alguns traços essenciais. A literatura sugere causas imediatas que abarcam uma vasta gama de elementos: a revolução científica, o Iluminismo, mercados eficientes, direitos de propriedade, produtividade agrícola, invenções tecnológicas, políticas de *laissez-faire*, instituições políticas, dotação de recursos naturais como carvão e minério de ferro, acumulação de capital, decorrente de altos níveis de poupança ou de taxas de juros baixas, e assim por diante. Entretanto, pouco adianta enumerar fatores. Muitos desses atributos também existiam em outros países. E a natureza da causação é importante. Por isso, a breve discussão que se segue mantém um foco seletivo, voltado para algumas hipóteses plausíveis. Não tem a pretensão de ser sistemática, muito menos exaustiva.

Pomeranz (2000), que se propôs explicar a grande divergência de renda entre a Europa e a Ásia, com foco na China, durante o século XIX, afirma que a Revolução Industrial na Grã-Bretanha pode ser atribuída à localização afortunada de reservas abundantes de carvão, que substituiu a madeira numa época em que as florestas vinham diminuindo, e ao comércio com as Américas, que facultou à Grã-Bretanha a opção de crescer por vias intensivas em recursos e com economia de mão de obra. Enquanto isso, a Ásia viu-se num beco sem saída, com um crescimento mais lento, por ter sido forçada a seguir vias intensivas em mão de obra e pela redução de recursos, em consequência de restrições ecológicas.

Allen (2009), que se propôs analisar a Revolução Industrial britânica numa perspectiva global, sugere que ela foi uma resposta bem-sucedida à economia mundial da época. E a expansão internacional da Grã-Bretanha nas décadas anteriores deu uma contribuição decisiva. Durante o século XIX, os altos salários britânicos, combinados com o capital e a energia baratos, em comparação com os da Ásia e também com os de outros países europeus, significaram que as famosas tecnologias da Revolução Industrial — quer se tratasse da máquina a vapor, da máquina de fiar e dos cotonifícios, quer da fundição a coque — eram de invenção e uso lucrativos na Grã-Bretanha, enquanto a substituição da madeira por carvão como fonte de energia fez uma enorme diferença em relação a tudo que havia. Parthasarathi (2011), que abordou a questão de por que a Europa enriqueceu e a Ásia não, afirmou, voltando o foco para a Índia, que dois fatores foram cruciais. A busca de novas tecnologias pode ter sido impulsionada pela competição dos produtos industriais asiáticos, seja os têxteis de algodão da Índia ou as sedas e porcelanas da China, ao passo que a busca de carvão foi obviamente impulsionada pela escassez de madeira que se seguiu ao desmatamento no país.

Essas pressões exerceram uma influência marcante. Contudo, as ações do Estado também moldaram os resultados. Na Grã-Bretanha setecentista, o Estado patrocinava a ciência e a tecnologia e ajudou a promover a mineração e a adoção do carvão. E, o que talvez seja mais importante, políticas de comércio que protegem a indústria nacional desempenharam um papel decisivo (Bairoch, 1993; Chang, 2002). No contexto histórico mais amplo, Findlay e O'Rourke (2007), que estudaram de que modo o comércio internacional moldou a economia mundial durante o segundo milênio, enfatizaram que o sucesso militar ultramarino da Grã-Bretanha e sua dominação mercantil durante o período de 1688 a 1780 desempenharam um papel vital. Numa fase posterior do século XIX, a ampliação do imperialismo forneceu mercados para os produtos manufaturados e fontes de matéria-prima no além-mar,

tendo sido impulsionada por essa ânsia mercantilista de usar a força para garantir a abundância. Por isso, as origens da Revolução Industrial tiveram estreita ligação com o comércio internacional e a expansão ultramarina, ambos impulsionados pelo Estado durante a era precedente.

Também há uma literatura sobre outra questão: por que a Revolução Industrial não aconteceu em outro lugar da Europa, digamos, na França ou na Holanda, ou talvez da Ásia, como a China, a Índia ou o Japão (Frank, 1998; Landes, 1999; Pomeranz, 2000; Findlay e O'Rourke, 2007; Allen, 2009; Morris, 2010; Parthasarathi, 2011). Era possível uma transformação industrial nessas economias, que tinham agriculturas produtivas, redes de comércio, indústrias artesanais e populações suficientes. Existia algum potencial em toda parte, porque havia semelhanças estruturais nos níveis de desenvolvimento. No entanto, os processos e resultados foram moldados pelo contexto no espaço e pela conjuntura no tempo, os quais tinham aspectos econômicos, políticos e sociais. Na verdade, tanto na Europa quanto na Ásia, os acontecimentos foram influenciados por uma mescla complexa de fatores econômicos, sociais e políticos no contexto nacional (Kindleberger, 1996). Por isso as generalizações são difíceis. As especulações contrafatuais tornam-nas ainda mais difíceis. Ainda assim, na literatura há explicações sugestivas, embora não definitivas. Seria uma digressão exagerada entrar na discussão delas aqui. Em vez disso, vale a pena reiterar três conclusões a que chegaram Findlay e O'Rourke (2007), as quais são sumamente sensatas. Primeiro, a busca de uma explicação única, que pretenda excluir ou negar as explicações rivais, é uma tolice, já que pode haver uma dose de verdade em várias hipóteses. Segundo, é preciso estabelecer uma distinção clara entre condições necessárias e condições suficientes, pois, na época, a Grã-Bretanha tinha características e atributos comuns a alguns países da Europa Ocidental e da Ásia. Terceiro, deve haver múltiplas respostas para a questão que indaga por que a Revolução Industrial não aconteceu noutra lugar, visto que ex-

plicações referentes a países de regiões tão diversas quanto a Europa, o mundo muçulmano ou a Ásia não podem ser idênticas e têm que ser específicas de cada país.

4. Implicações e consequências para a economia mundial

A Revolução Industrial na Grã-Bretanha teve vastas implicações e consequências não só para a Europa, mas também para a Ásia e a economia mundial. Seus primórdios, com a máquina a vapor, o ferro barato e a máquina de fiar nos cotonifícios, revelaram-se transformadores (Allen, 2009). Os cotonifícios foram pioneiros em mecanizar a produção industrial. A máquina a vapor usou a tecnologia para produzir energia a partir da água e queimando carvão. O ferro barato veio do carvão, que possibilitou a substituição do carvão vegetal por coque na fundição. Tomados em conjunto, esses avanços ajudaram a criar uma indústria da engenharia capaz de produzir máquinas para desencadear grandes aumentos na produtividade. O processo foi reforçado pelo aperfeiçoamento de tecnologias que reduziram o consumo de carvão, gerando máquinas a vapor mais eficientes em termos de combustível. Isso levou a uma disseminação industrial e geográfica do uso das novas tecnologias, mesmo que o processo tenha sido gradativo, como foi assinalado no capítulo 2. Outras coisas viriam depois, em meados do século XIX, partindo do mesmo começo. A ideia das vias férreas havia surgido muito mais cedo, para transportar o carvão no interior das minas e delas para os rios. Os trilhos de ferro e as locomotivas a vapor transformaram essas ferrovias num meio de transporte terrestre de superfície, quando não existiam estradas ou quando elas não se prestavam a essas finalidades. A substituição das embarcações a vela pelo vapor e dos cascos de madeira por cascos de ferro nos navios produziu uma revolução na navegação. As duas coisas levaram a uma enorme redução no tempo necessário e nos gastos incorridos para atravessar distâncias geográficas.

Isso moldou o contexto em que o século XIX assistiu à evolução de uma ordem econômica internacional que levou a uma profunda mudança na balança do poder econômico e político mundial. Ela pode ser atribuída a três acontecimentos. O primeiro foi a Revolução Industrial na Grã-Bretanha, no fim do século XVIII, que se difundiu pela Europa Ocidental, ainda que lentamente, durante a primeira metade do século XIX. O segundo foi o surgimento de uma forma de colonialismo mais nova e um tanto diferente, no início do século XIX, a qual culminou no advento do imperialismo, que ganhou impulso ao longo desse século. O terceiro foi a revolução nos transportes e nas comunicações em meados do século XIX, que se manifestou nas estradas de ferro, nos navios a vapor e no telégrafo, os quais desmantelaram as barreiras geográficas da distância e do tempo, fazendo o mundo encolher (O'Rourke e Williamson, 1999; Nayyar, 2006). Esses três acontecimentos, que se superpuseram e coincidiram parcialmente no tempo, transformaram a economia mundial, criando padrões de especialização da produção, associados a uma divisão do trabalho por meio do comércio, reforçada pela política do imperialismo.

A revolucionária mudança nos métodos de fabricação, que se desenvolveu na Grã-Bretanha no fim do século XVIII e se espalhou pelos países da Europa Ocidental durante o início do século XIX, trouxe alterações profundas na vida econômica da Europa. As inovações, seguidas pelo aperfeiçoamento contínuo das tecnologias, geraram aumentos marcantes na produtividade, na produção e na renda. A rápida difusão das novas tecnologias, combinada com sua disseminação geográfica, acarretou uma industrialização acelerada na Grã-Bretanha, na Bélgica, na Holanda, na França e na Alemanha. Essa industrialização da Europa Ocidental, associada a economias de escala que provocaram uma forte redução nos preços dos produtos manufaturados, levou à extinção de indústrias tradicionais da Ásia, sobretudo na Índia e na China, de modo que o efeito foi a desindustrialização de outras regiões (Bairoch, 1981;

Pomeranz, 2000; Nayyar, 2006; Findlay e O'Rourke, 2007; Maddison, 2007; Parthasarathi, 2011). Os conhecimentos e as habilidades que tinham sido desenvolvidos na Ásia ao longo de séculos sofreram um desgaste e uma diminuição lentos, mas certos. Assim, o século XIX assistiu a uma divergência não apenas da renda, mas também da produtividade no trabalho, dos níveis de qualificação e da capacidade tecnológica. A dependência da trajetória e a causação cumulativa trouxeram consequências a longo prazo para o desenvolvimento.

A causa imediata e quase óbvia dessa desindustrialização da Ásia foi a competitividade muito maior da indústria na Grã-Bretanha e na Europa Ocidental. Mas não foi só isso. A revolução dos transportes no século XIX desmontou a proteção natural — proporcionada pela distância e pelo tempo, implícitos nas barreiras geográficas — do artesanato e das indústrias manufatureiras de países como a Índia e a China (Nayyar, 2006; Findlay e O'Rourke, 2007). O advento dos navios a vapor reduziu em 2/3 o frete marítimo entre 1870 e 1900 (Lewis, 1978). A abertura do Canal de Suez reduziu à metade a distância entre Londres e Bombaim, acarretando uma diminuição acentuada no custo do frete, a qual foi igualmente drástica nas rotas marítimas que passavam pelo Mar Negro e pelos portos egípcios (Williamson, 2002). Em toda parte, a disseminação das ferrovias integrou as regiões interioranas dos países na economia mundial, não apenas como fonte de matérias-primas, mas também para a venda de produtos manufaturados (Nayyar, 2006). Seriam necessárias tarifas elevadas, possivelmente até uma eliminação de importações, por meio de um protecionismo proibitivo, para que a Índia e a China, ou outros países da Ásia, neutralizassem o impacto da revolução da indústria e dos transportes nos preços dos manufaturados importados da Grã-Bretanha ou da Europa Ocidental. O colonialismo e o imperialismo significavam que os países da Ásia não tinham liberdade para usar tarifas para proteger a indústria nacional. A mistura de diplomacia das canhoneiras e dominação colonial, assinalada no capi-

tulo anterior, impôs o livre-comércio à China, à Índia, à Indonésia, ao Japão e à Coreia. A Europa também impôs o livre-comércio ao Império Otomano. Houve um aumento sustentado da produtividade com a industrialização da Europa Ocidental, bem como um declínio sistemático da produtividade com a desindustrialização da Ásia. A ampliação dessa defasagem na produtividade foi o fator essencial por trás da divergência da renda *per capita* entre a Europa Ocidental e a Ásia.

O crescimento econômico da Grã-Bretanha pode ser atribuído, em medida significativa, à organização da produção no sistema capitalista, baseada numa divisão do trabalho associada à acumulação de capital e ao progresso técnico, fortemente apoiados por políticas estatais. Algum tempo depois, os países da Europa Ocidental seguiram uma trajetória semelhante. O processo de industrialização da Grã-Bretanha e do noroeste da Europa levou a um aumento da participação do setor fabril e a uma redução da participação do setor agrícola na produção e no emprego. Com o correr do tempo, o efeito foi uma transformação estrutural da composição da produção e do emprego (Kuznets, 1971), que resultou em taxas muito mais altas de aumento da produção. A migração internacional, que deslocou pessoas da escassez de terras na Europa para a abundância de terras nas Américas, bem como na Austrália e na África, respaldou esse processo (Nayyar, 2002, 2008). O deslocamento da mão de obra agrícola para a indústria, por sua vez, levou a aumentos contínuos de produtividade. Esse processo de industrialização também foi apoiado pela intervenção estatal, por meio da proteção tarifária e de políticas industriais em países como a França, a Alemanha e os Estados Unidos, que seguiram tardiamente os passos da Grã-Bretanha (Bairoch, 1993; Chang, 2002). As elevações consequentes das taxas de crescimento do PIB, embora modestas pelos padrões atuais, foram responsáveis pelo aumento da participação da Europa Ocidental e das Ramificações do Ocidente (sobretudo os Estados Unidos) no PIB mundial durante os séculos XIX e XX, respectivamente.

A ascensão do “Ocidente” associou-se a um declínio do “Resto” na economia mundial, e, neste último, à queda da Ásia, particularmente da Índia e da China. Existem explicações rivais para esse resultado na Ásia e na África, embora a América Latina tenha saído um pouco melhor. Alguns enfatizam fatores econômicos, dizendo que uma revolução industrial dependia de uma revolução agrária anterior ou simultânea (Lewis, 1978). Outros enfatizam fatores políticos, argumentando que as potências imperiais não permitiram a industrialização de suas colônias (Baran, 1957). Outros, ainda, enfatizam uma combinação de fatores econômicos e políticos, declarando que, juntas, a economia do colonialismo e a política do imperialismo criaram essa ordem econômica internacional injusta (Furtado, 1970; Frank, 1971).

A limitação de espaço não permite uma discussão dessas explicações rivais. Digamos apenas que o resultado foi inequívoco. A economia mundial dividiu-se em países (quase todos de clima temperado) que se industrializaram e exportavam manufaturados, e países (quase todos de clima tropical) que não se industrializaram e exportavam produtos primários. A “Grande Divergência” de renda entre os países teve estreita relação com a “Grande Especialização” na divisão do trabalho entre as nações. Por conseguinte, quase não houve mudança na composição estrutural da produção e do emprego na Ásia, na África e na América Latina, pois a participação do setor primário continuou dominante (Bairoch, 1975, 1993), cerceando o aumento da produtividade e o crescimento da produção. De modo lento, porém seguro, esses países tornaram-se dependentes dos países em processo de industrialização na Europa Ocidental, não apenas em termos de mercados e finanças, mas também na condição de seus próprios motores de crescimento (Lewis, 1978). Isso levou à desindustrialização e ao subdesenvolvimento no que veio a ser o mundo em desenvolvimento, assim como levou à industrialização e ao desenvolvimento no que se tornou o mundo industrializado. Os dois efeitos foram parte do desenvolvimento do capitalismo na economia mundial.

A Revolução Industrial na Grã-Bretanha, que se espalhou pela Europa Ocidental, combinada com a revolução nos transportes e nas comunicações, criou imensas assimetrias e desigualdades na economia mundial, as quais fornecem parte importante da explicação dos efeitos observados no século XIX. Esse processo foi intensamente reforçado pelo colonialismo e o imperialismo. A alteração no contexto político mundial fez uma enorme diferença. Estabeleceu a dominação geopolítica da Grã-Bretanha, ao lado da França e seguida por alguns países menores da Europa Ocidental, sobre a Ásia e a África. As características das formas britânica, francesa e holandesa de colonialismo, bem como das formas espanhola e portuguesa, surgidas numa fase anterior, eram diferentes, mas com algumas semelhanças básicas (Maddison, 2007), particularmente no que diz respeito às consequências para os colonizados. Entretanto, durante o começo do século XIX, quando países da Ásia e da África estavam sendo colonizados, países da América Latina começaram a conquistar a independência. Esse processo de independência da dominação colonial na América Latina teve início em 1810, mas só se consolidou na década de 1820. Talvez por essa razão, houve um ligeiro aumento, em vez de declínio, na parcela da América Latina no PIB mundial durante o período 1820-1870. A partir da década de 1870, como já foi assinalado, os países latino-americanos invocaram sua autonomia para usar tarifas, a fim de promover a industrialização em suas economias, que contavam com recursos abundantes. Isso levou a um crescimento rápido e a certa industrialização, o que explica o aumento substancial da participação latino-americana no PIB mundial entre 1870 e 1950.⁴ Entretanto, tal era a combinação de forças tecnológicas, econômicas e políticas nessa época, que a América Latina permaneceu bloqueada na “Grande Especialização”, exportando produtos primários e importando bens manufaturados da Europa Ocidental (Findlay e O’Rourke, 2007). Apesar disso, a independência política efetivamente aumentou os graus de liberdade, facultando à América Latina triplicar sua participação no PIB mundial entre

1870 e 1950, ainda que isso não tenha bastado para reverter a divergência nas rendas *per capita*.

A evolução da economia mundial durante essa época foi moldada por dois conjuntos de fatores. O primeiro, que exerceu forte influência sobre o período 1820-1870, foi composto pela Revolução Industrial na Grã-Bretanha, que se disseminou na Europa Ocidental, pela emergência da fase seguinte do colonialismo, que se espalhou pela Ásia e a África, e pela revolução nos transportes e nas comunicações, que fez o mundo encolher. O segundo conjunto, que exerceu forte influência durante o período 1870-1914, compôs-se da política do imperialismo e da economia da globalização, que criaram vencedores e derrotados (Hobsbawm, 1987; Rodrik, 1997; Williamson, 2002; Nayar, 2006). É possível que a influência desses fatores tenha diminuído no período 1914-1950, entremeado por duas guerras mundiais e pela Grande Depressão. Porém, a lógica intrínseca e as características essenciais do capitalismo industrial significaram a persistência do desenvolvimento desnivelado de parceiros desiguais na economia mundial.

Conclusão

Correndo o risco de uma digressão, vale a pena observar que a ascensão do Ocidente e a queda do Resto, analisadas neste capítulo, geraram uma literatura crescente sobre o porquê de alguns países lograrem êxito onde outros fracassam, em sua busca de poder e prosperidade. Dito em termos simples, existem três perspectivas — respectivamente, sobre a cultura, a geografia e as instituições —, cada qual com um foco diferente. Elas se afirmam como mutuamente excludentes.

A primeira perspectiva frisa a importância crucial da cultura. Suas origens remontam aos escritos de Marx e Weber que enfatizavam as diferenças culturais entre a Europa e a Ásia. O pensamento deles, é claro, era muito mais amplo. Marx usou a história para projetar a ausência de uma dialética histórica em seu conceito do modo de produção asiático, enquanto Weber introduziu

a religião para enfatizar a ausência da ética protestante e da racionalidade instrumental, que eram essenciais para a evolução do capitalismo. Said (1978) questionou esse influente sistema de crenças. O mesmo fizeram alguns historiadores. Isso levou cientistas sociais a contestarem e rejeitarem a ideia de que a Europa era superior à Ásia. Mesmo assim, na literatura contemporânea sobre a história econômica, Landes (1999) e Clark (2007), entre outros, procuram explicar a Revolução Industrial na Grã-Bretanha, bem como a transformação econômica e social da Europa Ocidental nos dois séculos seguintes, em termos de características culturais. O corolário é que o declínio e a queda da Ásia no mesmo período também passaram a ser atribuídos a características culturais. A discussão deste capítulo mostra que tal hipótese é insustentável.⁵

O foco da segunda perspectiva incide sobre a geografia. Em seu livro seminal, Diamond (1997) atribuiu à geografia um papel crucial na história das sociedades humanas, para explicar por que alguns países tiveram sucesso e outros não. Para começar, existem diferenças entre os países temperados e os países tropicais, que podem ser atribuídas a uma combinação da geografia com a biologia. Elas tornam muito mais alta a incidência de doenças nos climas tropicais e muito maior o potencial de aumento da produtividade agrícola nos climas temperados. Além disso, o acesso ao mar ou a rios navegáveis faz uma enorme diferença para o potencial econômico das nações: os países cercados apenas por terra enfrentam obstáculos difíceis. Diamond reconheceu a importância da tecnologia e da história, mas sua tese fundamental é que a riqueza e a pobreza das nações são moldadas por fatores geográficos. Na mesma tradição, Morris (2010) fornece uma visão a longo prazo da história humana no mundo, abrangendo cinco milênios. A tese essencial é que, juntas, a biologia (as ciências biológicas) e a sociologia (as ciências sociais) explicam a configuração da história em termos do progresso social da humanidade como um todo; os seres humanos podem ser muito diferentes como indivíduos, mas

são muito parecidos como coletividade, ainda que o progresso ou os retrocessos sejam desiguais ao longo do tempo. Entretanto, Morris acredita que somente a geografia explica por que pessoas de uma parte do mundo saem-se tão melhor que pessoas de outras. É razoável sugerir que a geografia tem importância, mas é um exagero afirmar que ela fornece uma explicação completa ou única para a diferença entre a prosperidade e a pobreza das nações.

A terceira perspectiva enfatiza as instituições. Suas origens podem ser atribuídas a North (1990), que analisou a importância das instituições na mudança e no desenvolvimento. Com uma visão de mundo similar, Acemoglu e Robinson (2012) afirmaram que as instituições econômicas determinam se um país é rico ou pobre, enquanto as instituições políticas moldam suas instituições econômicas. Os países que logram êxito dispõem de instituições econômicas inclusivas, que permitem às pessoas participar das atividades econômicas para usar ao máximo seus talentos. Tais instituições econômicas são criadas por instituições políticas que distribuem o poder numa ampla coalizão de grupos. Os países que fracassam têm instituições políticas extrativas, que forçam as pessoas a trabalhar principalmente em benefício das elites dominantes ou de ditadores. Tais instituições políticas absolutistas concentram o poder em pequenos grupos. Essa não é uma hipótese convincente porque, no livro citado, os autores procuram validá-la com falácias extraídas da história dos países e concluem que essas falácias *ad hoc* explicam por que as nações tiveram sucesso ou fracassaram. O benefício da visão retrospectiva torna mais fácil contar essas histórias falaciosas. A pergunta fundamental é: por que alguns países têm instituições inclusivas enquanto outros têm instituições extrativas? Não é de admirar que os países ricos tenham boas instituições e que os países pobres as tenham más. É bem possível que as instituições boas ou inclusivas sejam mais uma consequência do progresso do que a causa dele.

Claramente, a diferença entre sucesso e fracasso ou prosperidade e pobreza dos países não pode ser atribuída à cultura. A geo-

grafia e as instituições são importantes, mas não podem fornecer explicações completas e não devem ser reivindicadas como explicações monocausais. O verdadeiro perigo é que essas hipóteses generalizadas, no correr do tempo e através do espaço, não reconheçam a realidade óbvia de que os resultados são moldados por uma combinação complexa de fatores econômicos, sociais e políticos, num contexto nacional em que a história tem importância.

É hora de voltarmos às perguntas feitas no início deste capítulo, ainda que seja para fornecer respostas curtas. Primeiro, as ocorrências europeias por volta de 1500 que exerceram profunda influência na configuração do que sucederia na economia mundial foram as viagens de descobrimento e a colonização das Américas. A expansão mercantil do intercâmbio entre as nações, respaldada pelo poder do Estado e pela força naval, levou a uma ampliação do comércio e um aumento da urbanização. Tais fenômenos conduziram às mudanças sociais, políticas e institucionais que criaram as condições iniciais do desenvolvimento capitalista. Segundo, em meados do século XVIII, as semelhanças entre a Europa e a Ásia eram muito mais significativas do que as diferenças. A expectativa de vida e as taxas de natalidade, os conhecimentos científicos e o saber tecnológico, os mercados e os direitos de propriedade, o comércio e o intercâmbio não eram muito diferentes. De modo geral, a demografia, a tecnologia e as instituições eram comparáveis. Terceiro, houve uma vasta gama de fatores por trás da ocorrência da Revolução Industrial na Grã-Bretanha, de modo que as explicações isoladas são inúteis. Os altos salários, combinados com o capital barato e a energia barata, tornaram lucrativo inventar e usar as novas tecnologias, enquanto a substituição da madeira por carvão, como fonte de energia, fez uma enorme diferença. Mas a busca de novas tecnologias também foi impulsionada pela concorrência das manufaturas asiáticas e pela escassez de madeira subsequente ao desmatamento. A expansão internacional e ultramarina da era anterior lançou as bases, enquanto a ação estatal, sob a forma de políticas de comércio que protegiam a in-

dústria nacional, ou do patrocínio da ciência e tecnologia, desempenhou um papel crucial. Quarto, essas mudanças revolucionárias dos métodos de fabricação transformaram a vida econômica, na medida em que a industrialização espalhou-se pela Europa, gerando acentuados aumentos de produtividade, produção e renda. Elas também levaram à extinção de indústrias tradicionais da Ásia, particularmente da China e da Índia, que reduziram seus níveis de qualificação e sua capacidade tecnológica ao longo do tempo. Esse processo foi reforçado pela política do imperialismo, que impôs o livre-comércio, e pela economia da revolução dos transportes, que desarticulou a proteção natural proporcionada pela geografia, implícita na distância e no tempo, acelerando o processo de desindustrialização da Ásia, com um impacto devastador na China e na Índia.

Parte 2

Buscando o emparelhamento